

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCOSHIPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 132/2021
Data: 24/08/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
SANTOS ABRE INSCRIÇÕES PARA 150 VAGAS EM CURSO VIRTUAL NA ÁREA PORTUÁRIA E LOGÍSTICA	4
BARROSO DEFENDE, DIANTE DE CRISE, MAIOR AUTONOMIA A UNIDADES FEDERATIVAS	4
TRIPULANTE DE NAVIO EM QUARENTENA NO PORTO DE SANTOS MORRE DE COVID-19, DIZ ANVISA	5
DTA ENGENHARIA PORTUÁRIA & AMBIENTAL	6
BALNEÁRIO CAMBURIÚ (SC) NUNCA MAIS SERÁ A MESMA DEPOIS DA CHEGADA DA DRAGA GALILEO GALILEI	6
PARCERIA COM INICIATIVA PRIVADA VAI TRANSFORMAR SANTOS NO MAIOR PORTO DO HEMISFÉRIO SUL	6
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	7
COPERSUCAR REALIZA MAIOR EMBARQUE DE AÇÚCAR NA HISTÓRIA DO BRASIL	7
SANTOS EXPORT DISCUTE SOLUÇÕES PARA O CAIS.....	8
SANTOS BRASIL - SP	8
SANTOS BRASIL RECEBEU, NESTA SEGUNDA-FEIRA (23) A COMITIVA DO EVENTO SANTOS EXPORT PARA UMA VISITA ÀS OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TECON SANTOS, QUE TEM CONCLUSÃO PREVISTA PARA MEADOS DE SETEMBRO.....	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	9
RELICITAÇÃO DO AEROPORTO DE VIRACOPOS (SP) PREVÊ R\$ 4,2 BILHÕES DE INVESTIMENTOS PRIVADOS	9
MINISTRO DISCUTE COM GOVERNADOR E PARLAMENTARES OBRAS PRIORITÁRIAS NO ESPÍRITO SANTO	10
ISTOÉ - DINHEIRO	11
MINISTRO ESPERA ATÉ FIM DO ANO TER NOVO MARCO DE FERROVIAS E DE CABOTAGEM	11
SENADO É FAVORÁVEL A UMA REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLA E ‘VERDADEIRA’, DIZ PACHECO	11
PETROBRAS RECEBE PAGAMENTO DE US\$ 2,9 BI DO ACORDO DE COPARTICIPAÇÃO DE BÚZIOS.....	12
MONEYTIMES	13
EM 11 ANOS, ARRECADAÇÃO DE ROYALTIES DE PETRÓLEO NO RIO SUBIU 225%	13
COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL PERDE FORÇA EM JULHO APÓS RETOMADA DO VAREJO FÍSICO	15
BRAZIL JOURNAL.....	15
EXCLUSIVO: COSAN ANUNCIA ENTRADA NO MINÉRIO DE FERRO	15
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	16
LIRA QUER VOTAR MERCADO DE CRÉDITOS DE CARBONO ATÉ A COP26	16
GOVERNO DIVULGA REGRAS PARA O RACIONAMENTO VOLUNTÁRIO DE ENERGIA	18
CRISE ENERGÉTICA: É HORA DE FALAR SOBRE OS CARROS ELÉTRICOS?.....	21
MAIS LUZ PARA AMAZÔNIA VAI DEMANDAR MAIOR INTEGRAÇÃO COM COMUNIDADES LOCAIS	23
JORNAL O GLOBO – RJ	25
PRESIDENTE DO BC ELOGIA DISCURSO DE LIRA SOBRE DISCIPLINA FISCAL	25
INVESTIMENTO PARA A APOSENTADORIA DEVE SER DIVERSIFICADO E INTERNACIONAL, MAS COM PROPÓSITO, DIZ CEO DA BLACKROCK	26
ANAC APROVA NOVO EDITAL DE CONCESSÃO DE VIRACOPOS	27
REFORMA ADMINISTRATIVA: RELATÓRIO DEVE SER ENTREGUE NESTA SEMANA EM MEIO A DISCUSSÃO SOBRE TIPOS DE VÍNCULOS	28
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	29
COSAN COMPRA PORTO NO MARANHÃO E FAZ PARCERIA PARA INVESTIR EM MINERAÇÃO	29
CCJ DO SENADO APROVA NOVO MANDATO PARA AUGUSTO ARAS	30
GOVERNO AVALIA RETIRAR 'EXCESSO' DA DÍVIDA DOS PRECATÓRIOS DO TETO DE GASTOS.....	31
REFORMA DO IR É ADIADA MAIS UMA VEZ E NÃO VAI À VOTAÇÃO NESTA SEMANA	32
VALOR ECONÔMICO (SP)	33
SHELL ESTREIA VENDA DE GÁS PARA DISTRIBUIDORAS	33
COSAN: AQUISIÇÃO DO PORTO SÃO LUÍS VIABILIZA ENTRADA NO SEGMENTO EM CONDIÇÕES COMPETITIVAS	35
FLEXIBILIZAÇÃO DOS REGIMES DE CONTRATAÇÃO NO PRÉ-SAL PODE DESTRAVAR INVESTIMENTOS, DIZ ALBUQUERQUE.....	36
COSAN COMPRA PORTO E ENTRA NA MINERAÇÃO.....	37
PORTAL PORTOS E NAVIOS	37
MAERSK ACELERA DESCARBONIZAÇÃO COM 8 GRANDES NAVIOS A METANOL.....	37
LOGUM LOGÍSTICA REALIZA A PRIMEIRA OPERAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE ETANOL.....	38



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 132/2021
Página 3 de 44
Data: 24/08/2021
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

AGENTES VEEM MOMENTO FAVORÁVEL PARA MELHORIA DE ACESSOS TERRESTRES	39
PORTO DE VITÓRIA RECEBE PRIMEIRO GRANDE NAVIO DURANTE A MADRUGADA	40
BRASIL VAI EXPANDIR PROGRAMA OPEN ACREAGE PARA POLÍGONO DO PRÉ-SAL	40
PETROBRAS INICIA OPERAÇÃO DE PLATAFORMA NO CAMPO DE SÉPIA	41
ARMADORES DEFENDEM DISTINÇÃO ENTRE FEEDER E CABOTAGEM NO BR DO MAR	42
CONCLUÍDO O MEGA TERMINAL TOTALMENTE ELÉTRICO E DE EMISSÕES ZERO DE LONG BEACH.....	44
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	44
MERCOS SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	44



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SANTOS ABRE INSCRIÇÕES PARA 150 VAGAS EM CURSO VIRTUAL NA ÁREA PORTUÁRIA E LOGÍSTICA

Inscrições são feitas por meio da internet e vão até sexta-feira (27)

Por: *A Tribuna.com.br* - 24/08/21 - 08:09



Público-alvo é formado por gestores, gerentes, técnicos e estudantes das áreas portuária e logística. Foto: Alexander Ferraz/AT

Fundamentos da logística, infraestrutura e ambiente portuário é o curso que está com 150 vagas abertas em Santos, no Centro Público de Emprego e Trabalho (CPET). As inscrições são feitas pela internet e

podem ser realizadas até sexta-feira (27).

Para se inscrever, é necessário preencher o formulário por meio deste link. Segundo a Prefeitura, o público-alvo é formado por gestores, gerentes, técnicos e estudantes das áreas portuária e logística. Desta forma, para participar é necessário possuir o ensino médio completo.

A capacitação irá acontecer entre os dias 30 de agosto e 9 de dezembro de forma virtual, por meio do sistema Moodle. O curso é realizado pela Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos-Cenep Santos, Autoridade Portuária de Santos e Secretaria de Empreendedorismo, Economia Criativa e Turismo.

Entre os conteúdos oferecidos no curso, estão previstos: Ensino e Pesquisa; Conceitos; Economia; Direito; Regulação; Operação; Navegação; Sistema Energético; Oceanografia; Zoneamento costeiro; Meteoceanografia; Ciências do Mar; Relação Porto Cidade; Segurança e Saúde Ocupacional, Plano Diretor e Planejamento de Terminais de Transportes; Portos, obras costeiras, dragagem e Modelos Físicos e Computacionais e Mídia e Tecnologias Nacionais e Internacionais.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 24/08/2021

BARROSO DEFENDE, DIANTE DE CRISE, MAIOR AUTONOMIA A UNIDADES FEDERATIVAS

Ministro do STF disse que não descarta possibilidade de o país caminhar para modelo político de maior descentralização

Por: *Agência Brasil*

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso disse nesta segunda-feira (23), que não descarta a possibilidade de o Brasil caminhar para o modelo político de maior descentralização das decisões aos Estados e unidades da Federação. Diante da crise entre os poderes nacionais, Barroso não citou diretamente os atritos entre o presidente Jair Bolsonaro e o Supremo, mas destacou que talvez o País pudesse "ampliar as ousadias federativas", modelo de maior descentralização administrativa.

"No Brasil sempre houve uma tensão entre o princípio federativo e o princípio republicano. Acho que vivemos uma cultura centralista", disse Barroso durante evento promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o desenvolvimento da região amazônica. "A ideia de federalismo é de unidade na adversidade. Permitir que, diante das adversidades locais, tivesse soluções próprias. É possível que venha chegando a hora de corrermos este risco", afirmou. Entretanto, apesar da defesa da pauta, Barroso destacou que há empecilhos à ideia, entre elas, a necessidade de haver no País "elites mais preparadas" e o fim da apropriação privada do Estado.

"É possível. Eu não descartaria o risco de corrermos o risco de uma federação mais autêntica, mais profunda, com mais autonomia para os Estados em matérias diversas", reforçou Barroso. Entre os pontos, o ministro destacou decisões sobre o modelo eleitoral, em especial sobre a reforma em andamento da Câmara e o debate sobre o modelo de "distritão".

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/08/2021

TRIPULANTE DE NAVIO EM QUARENTENA NO PORTO DE SANTOS MORRE DE COVID-19, DIZ ANVISA

Um outro homem segue internado em estado grave. Informação foi confirmada pela agência, nesta segunda-feira (23).

Por: ATribuna.com.br



Navio Georgia Harmony, de bandeira do Panamá, entrou em quarentena no último dia 19, dois dias após atracar no cais santista Foto: Reprodução/Marine Traffic

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) confirmou, nesta segunda-feira (23), que um dos dois tripulantes com covid-19 que desembarcaram de navio fundeado no

Porto de Santos morreu por conta da doença. A embarcação entrou em quarentena no último dia 19. Ao todo, o navio tem sete casos confirmados.

De acordo com a Anvisa, ainda não há registro da variante delta a bordo do navio Georgia Harmony, de bandeira do Panamá, o último a confirmar casos da doença na cidade. Em nota, a Anvisa afirmou que a equipe da agência em Santos identificou sintomas suspeitos no Livro Médico de Bordo da embarcação Georgia Harmony, com 19 tripulantes, que solicitava entrada no Porto. Com o navio ainda na barra, a Anvisa determinou avaliação clínica a bordo e testagem da tripulação, colocando a embarcação preventivamente em quarentena de 14 dias. A equipe médica identificou dois casos graves a bordo, que requeriam pronto atendimento. Esses tripulantes desembarcaram para assistência médica, mas um deles não resistiu. O segundo segue internado, em estado grave.

Os outros cinco tripulantes cujos testes deram positivo estão em boas condições de saúde. Histórico A embarcação veio de Gibraltar, na Europa, e atua no transporte de graneis sólidos. A Anvisa determinou o isolamento dos doentes, o tratamento dos resíduos como infectantes e a proibição de embarques e desembarques, dentre outras medidas. A embarcação encontra-se isolada e vem sendo monitorada pela Agência, não havendo contato dos tripulantes com trabalhadores portuários ou população local, exceto nos casos de necessária assistência médica.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/08/2021

DTA

Engenharia

PORTUÁRIA & AMBIENTAL

DTA ENGENHARIA PORTUÁRIA & AMBIENTAL

BALNEÁRIO CAMBURIÚ (SC) NUNCA MAIS SERÁ A MESMA DEPOIS DA CHEGADA DA DRAGA GALILEO GALILEI

Por Marcelo Werner Salles - Engenheiro de Portos e Vias Navegáveis na Superintendência do Porto de Itajaí

Balneário Camburiú (SC) nunca mais será a mesma depois da chegada da draga Galileo Galilei, que iniciou, neste domingo (22) o transporte da areia para obra de recuperação da faixa de areia da Praia Central da cidade. O local passará dos atuais 25 metros, em média, para 70 metros. A obra é feita pelo DTA Engenharia, que lidera um consócio junto a belga Jan De Nul Group.

Durante todo o dia as atenções estiveram voltadas para o moderno e gigantesco navio, que conta com capacidade de 18 mil metros cúbicos de areia em sua cisterna. No entanto, na obra de Balneário Camburiú, cada viagem trará de 10 a 12 mil metros cúbicos. A redução se faz necessária pela pouca profundidade da enseada. Pelos cálculos dos engenheiros serão quatro descargas da draga por dia.

Na praia, homens e máquinas farão o trabalho de espalhar a areia nova, que, no primeiro momento será escura, mas a medida que vai secando terá tonalidade natural.

Fonte: DTA – Engenharia Portuária e Ambiental.

Data: 24/08/2021



PARCERIA COM INICIATIVA PRIVADA VAI TRANSFORMAR SANTOS NO MAIOR PORTO DO HEMISFÉRIO SUL

Informação: Ministério da Infraestrutura (24 de agosto de 2021)

A parceria com a iniciativa privada tem a capacidade de transformar o Porto de Santos no maior terminal em operação em todo o Hemisfério Sul, afirmou nesta segunda-feira (23) o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Com expectativa de investimentos de R\$ 16 bilhões, o Ministério da Infraestrutura avança na estruturação do projeto de Santos com o objetivo de apresentá-lo para a fase de audiência pública até outubro.

"Além de ser o governo que mais fez arrendamentos portuários, vai ser o que vai fazer as primeiras desestatizações do setor", destacou o ministro @tarcisiogdf na abertura da Santos Export 2021. Com a desestatização do @PortodeSantosBR, são estimados R\$16 bilhões de investimentos.



"Precisamos aproveitar o benefício que virá com a iniciativa privada. Quando que teríamos um montante desse [para investir]? Estamos falando em investimentos para corrigir os acessos ao porto, para a dragagem da profundidade do canal, falando em equacionar a travessia seca entre Santos e Guarujá", destacou o ministro, ao participar da abertura da Santos Export, evento que reúne as principais lideranças e especialistas da logística e infraestrutura portuárias nacionais.

<https://twitter.com/i/status/1429956725847859201>

DEBATE – O ministro, inclusive, aproveitou para convocar os representantes do setor a participar do aperfeiçoamento do projeto, principalmente, com relação à segurança jurídica visando proteger os contratos de arrendamentos vigentes. "Convido a todos a debater para que tenhamos um modelo

campeão. É hora de arregañar as mangas e formar o modelo junto conosco. Não há o que temer. Não queremos deixar nenhuma ponta solta”, afirmou Tarcísio, que também apontou a aprovação do BR do Mar como fundamental para tornar o Brasil mais competitivo na cabotagem.

Ao mesmo tempo em que avança em projetos para desestatizações portuárias – a primeira será a da Codesa, no Espírito Santo –, o MInfra também segue focado nos arrendamentos portuários. Em novembro, nove áreas serão leiloadas, entre elas, duas justamente no porto de Santos: STS08 e STS08A. Voltadas ao armazenamento de graneis líquidos (combustíveis), juntas receberão investimentos de cerca de R\$ 1 bilhão.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 24/08/2021

O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

COPERSUCAR REALIZA MAIOR EMBARQUE DE AÇÚCAR NA HISTÓRIA DO BRASIL

Informação: Copersucar (24 de agosto de 2021)



Equipe Copersucar junto ao navio Cape Town após finalização do embarque – Foto: Copersucar

A Copersucar, maior comercializadora de açúcar e etanol do mundo, atingiu uma marca inédita ao realizar carregamento recorde em um único navio em seus 23 anos de terminal, registrando o maior transporte marítimo do Brasil em açúcar a granel. Construído em 2020, o navio graneleiro Cape Town com bandeira de Hong Kong, partiu de Santos para a China, no último sábado (21), com 108.906 mil toneladas do produto, volume suficiente para encher cerca de 2.870 caminhões.

A embarcação possui comprimento total de 254,96 metros e largura de 43,05 metros. Prestigiando este marco histórico, o Prefeito Rogério Santos visitou o terminal portuário. Também em agosto o terminal fez o segundo maior embarque da sua história, com o navio Baby Hércules, com bandeira do Panamá e destino à China, com volume total de 99.593 mil toneladas.



Rodrigo Lima, Gerente Executivo de Operações da Copersucar – Foto: Copersucar

Localizado na cidade de Santos, o TAC, terminal da companhia, possui capacidade para embarque de 8,5 milhões de toneladas por ano. São 3 armazéns, totalizando a capacidade de 300 mil toneladas de açúcar. Além disso, a Copersucar possui outros dois terminais de transbordo no interior de São Paulo, nas cidades de Ribeirão Preto, com capacidade de movimentação de 1 milhão de toneladas por ano, e São José do Rio Preto, com capacidade para 700 mil toneladas.

“Esta operação representa um marco importante para o nosso terminal, um embarque de sucesso que comprova a nossa constante melhoria e crescimento, que nos coloca em um novo patamar. Conseguimos concluí-la com segurança porque todos estavam envolvidos com empenho e a partir desta, poderemos realizar outras ações deste porte” ressalta Rodrigo Lima, Gerente Executivo de Operações da Copersucar.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 24/08/2021

SANTOS EXPORT DISCUTE SOLUÇÕES PARA O CAIS

Informação: Record TV (24 de agosto de 2021)

O Santos Export é um fórum anual que visa estimular a discussão e buscar soluções para ampliação e modernização do Porto de Santos.

Link abaixo para assistir a notícia na íntegra:

<https://recordtv.r7.com/record-tv-litoral-e-vale/sp-record/videos/santos-export-discute-solucoes-para-o-cais-23082021>

Autoridades federais, estaduais e regionais marcaram presença na abertura do evento. Veja na reportagem!

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 24/08/2021



SANTOS BRASIL - SP

SANTOS BRASIL RECEBEU, NESTA SEGUNDA-FEIRA (23) A COMITIVA DO EVENTO SANTOS EXPORT PARA UMA VISITA ÀS OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TECON SANTOS, QUE TÊM CONCLUSÃO PREVISTA PARA MEADOS DE SETEMBRO

A Santos Brasil recebeu, nesta segunda-feira (23) a comitiva do evento Santos Export para uma visita às obras de ampliação e modernização do Tecon Santos, que têm conclusão prevista para meados de setembro.

A comitiva do Santos Export foi recepcionada por Antonio Carlos Sepúlveda, presidente da Santos Brasil. Além de visitar o trecho em obras, os visitantes puderam ver de perto as operações de cais e de pátio do maior terminal de contêineres da América do Sul e conhecer o novo CCO (Centro de Controle de Operações).



Imagem: Santos Brasil / LinkedIn

De acordo com Antonio Carlos Sepúlveda, a conclusão da primeira fase do projeto de ampliação e modernização do Tecon Santos é um importante marco não apenas para a Santos Brasil, mas também para o porto de Santos que vive um momento virtuoso de crescimento e que requer mais capacidade e eficiência dos terminais. “A Santos Brasil trabalha com uma visão de longo prazo, por isso mantivemos os investimentos estratégicos mesmo durante a pandemia. Adotamos todos os

cuidados sanitários necessários e chegamos com segurança à fase final das obras. Estamos preparados para atender com excelência a demanda do porto e contribuir com o incremento do comércio exterior brasileiro”, diz.

Fonte: Santos Brasil (24 de agosto de 2021)

Data: 24/08/2021

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

RELICITAÇÃO DO AEROPORTO DE VIRACOPOS (SP) PREVÊ R\$ 4,2 BILHÕES DE INVESTIMENTOS PRIVADOS

Anac aprovou minutas do edital e do novo contrato de concessão. Proposta agora segue para a fase de audiência pública e posterior análise pelo TCU

As minutas do edital e do novo contrato de concessão para relicitação do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), preveem investimentos na ordem de R\$ 4,2 bilhões no terminal paulista pela iniciativa privada. A expectativa do Governo Federal, através do Ministério da Infraestrutura, é que o leilão ocorra no primeiro semestre de 2022.

Com a aprovação nesta terça-feira (24) pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), os documentos entram na fase de sugestões da sociedade, primeiro por consulta e depois em audiência pública. Na sequência, o edital é enviado para análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

“Esse é um dos projetos mais estratégicos que temos em nossa carteira de concessões. O Aeroporto de Viracopos é um ativo muito importante para o Brasil, um dos principais aeroportos de carga da América Latina. Então, tem uma relevância e uma estratégica fundamental ao desenvolvimento econômico do país”, afirmou o secretário Nacional de Aviação Civil, Ronei Glanzmann.



https://twitter.com/tarcisiogdf/status/1430264727947595783?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwtorm%5E1430264727947595783%7Ctwtgr%5E%7Ctwtcon%5Es1_%ref_url=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Finfraestrutura%2Fpt-br%2Fassuntos%2Fnoticias%2Freliticacao-do-aeroporto-de-viracopos-sp-prever-4-2-bilhoes-de-investimentos-privados

Segundo o secretário, o projeto prevê a construção de uma nova pista de pouso,

paralela à já existente e independente, apta a receber aviões cargueiros de grande porte, além de operações de transporte de passageiros, regulares e não regulares.

PRÓXIMAS ETAPAS – Esse é o segundo processo de relicitação aeroportuária realizado pelo Governo Federal. No primeiro semestre, teve início o procedimento para abertura de nova concorrência para a administração do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, em Natal (RN), pela iniciativa privada. São previstos R\$ 295,8 milhões de investimentos e o leilão deve ocorrer ainda neste ano.

“Natal está mais à frente, com processo protocolado no Tribunal de Contas da União (TCU) e que já passou por audiência pública. E agora, abriremos audiência pública com relação a Viracopos”, completou Ronei. Durante o período de audiência pública, serão coletadas informações do mercado aéreo e contribuições da sociedade e dos entes envolvidos no processo.

Após a realização da sessão virtual e a conclusão da consulta pública, as contribuições serão analisadas pela Anac, que consolidará a proposta definitiva de edital e contrato de concessão, os quais serão submetidos à avaliação do TCU. “Com o Tribunal de Contas aprovando o edital e o

contrato de estudo, passamos à publicação do edital e ao leilão, o que deve acontecer no primeiro semestre de 2022”, concluiu.

O QUE É A RELICITAÇÃO – A adesão à relicitação, que é um ato voluntário da concessionária, foi comunicada de maneira irrevogável e irreatável pela Aeroportos Brasil – Viracopos S.A em 19 de março de 2020, seguindo os requisitos estabelecidos na Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, e no Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019.

A relicitação consiste na devolução amigável do ativo seguido de leilão e assinatura de novo contrato com o vencedor do certame. O procedimento foi criado para gerar segurança jurídica e garantir a continuidade da prestação dos serviços com qualidade, uma vez que a concessionária deve manter a qualidade e os requisitos de segurança operacional até que a nova empresa assuma as operações do aeroporto.

*Com informações da Assessoria de Comunicação da ANAC

Assessoria Especial de Comunicação

Ministério da Infraestrutura

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 24/08/2021

MINISTRO DISCUTE COM GOVERNADOR E PARLAMENTARES OBRAS PRIORITÁRIAS NO ESPÍRITO SANTO

Tarcísio destacou o apoio da bancada capixaba para garantir a continuidade dos empreendimentos



Crédito: Ricardo Botelho/Minfra

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, discutiu nesta terça-feira (24) as obras de infraestrutura de transporte prioritárias no Espírito Santo com integrantes da bancada federal e do governador capixaba, Renato Casagrande. Aos parlamentares presentes, o ministro reforçou a importância da destinação de emendas parlamentares, que auxiliam na execução de empreendimentos por todo o país.

“Discutir esses temas com a bancada é muito importante para nós. O apoio de vocês dentro do Congresso Nacional é importante para que os projetos continuem em andamento”, destacou. Entre os temas discutidos, estava o Contorno Viário do Mestre Álvaro, cujas obras foram iniciadas no governo do presidente da República, Jair Bolsonaro.

Com investimentos federais de R\$ 400 milhões, a implantação do contorno é fundamental para retirar o trânsito intenso de caminhões da BR-101/ES de dentro do município de Serra, contribuindo para a redução de acidentes rodoviários e melhorando a fluidez do tráfego. O andamento das obras foi fiscalizado pelo ministro Tarcísio em junho passado.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 24/08/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

MINISTRO ESPERA ATÉ FIM DO ANO TER NOVO MARCO DE FERROVIAS E DE CABOTAGEM

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, voltou a sugerir, durante a Expert XP, a edição de uma Medida Provisória (MP) como um caminho para criar o Marco Legal das Ferrovias. O assunto é objeto de projeto de lei de origem do Senado, apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP) em 2018, mas está parado na Casa.

A expectativa, segundo o ministro, é de ter até o fim do ano, o novo marco de ferrovias e também o de cabotagem, projeto que ficou conhecido como BR do Mar. Segundo Tarcísio, uma MP para o marco das ferrovias daria segurança jurídica para os projetos que já estão em curso nos Estados.

Sobre a construção da Ferrogrão, a linha que ligaria Sinop até o Porto de Miritituba, no Pará, Tarcísio disse que o principal obstáculo é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impede a concessão.

Em março, o ministro da Corte Alexandre de Moraes concedeu liminar para a suspensão do projeto, sob o argumento de que causaria danos ambientais, mas ainda não pautou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para deliberação no plenário.

O ministro defendeu que a diminuição da área de proteção ambiental pela qual passaria a Ferrogrão é muito pequena e que o projeto, por sua vez, prevê reduzir pela metade a emissão de gás carbônico na rodovia.

Segundo Tarcísio, enquanto não pode avançar com a concessão, o ministério está trabalhando para contratar o projeto de engenharia da Ferrogrão. “Só insistimos no projeto da Ferrogrão porque temos players interessados. Vamos seguir em frente.”

O ministro ainda comentou que, “apesar de grau de barulho”, muita coisa já foi aprovada, como o marco do saneamento, a autonomia do Banco Central, a PEC emergencial e a lei de falências.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 24/08/2021

SENADO É FAVORÁVEL A UMA REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLA E ‘VERDADEIRA’, DIZ PACHECO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que o Senado é favorável a uma reforma tributária ampla e “verdadeira”, que simplifique, ajuste e desburocratize o sistema e que permita a retomada de investimentos. Foi uma resposta a uma provocação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que sugeriu, mais cedo, que a responsabilidade pela agenda econômica ter parado no Legislativo era do Senado, e não dos deputados.

Pacheco voltou a defender a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, relatada pelo senador Roberto Rocha (PSDB-PA), que unifica tributos federais, estaduais e municipais em torno do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). Além disso, o texto estabelece um fundo de compensações para Estados que forem prejudicados com a reforma.

O governo, por sua vez, se posicionou contra uma reforma ampla e preferiu fatiar as proposta em quatro ou cinco projetos de lei diferentes e é completamente contra qualquer compensação aos Estados. Dois deles estão na Câmara: um unifica PIS e Cofins e outro traz mudanças no Imposto de Renda (IR), mas ambos estão parados por falta de acordo entre as lideranças.

“O Senado tem o desejo de colaborar com a pauta econômica do Ministério da Economia e obviamente é crítico com aquilo que entende que não é adequado. Temos uma pretensão, que é a aprovação de uma reforma tributária ampla, através da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, relatada pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA)”, afirmou o senador. “Obviamente respeitamos também os projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados e vamos entender como essa engrenagem pode funcionar, uma reforma tributária que seja verdadeira, que simplifique e ajuste o sistema tributário do Brasil, que desburocratize e permita os investimentos.”

Pacheco disse ainda que o Senado tem compromisso com a agenda econômica e com a reforma tributária, “obviamente não subserviente ao governo federal e ao Ministério da Economia, mas tendo seu juízo crítico em relação às demandas que vem do Ministério da Economia para o Congresso”. “Não há dúvida de que há uma busca de consenso, inclusive na pauta econômica, fundamental em um momento em que bate à nossa porta inflação, desemprego, fome e miséria. É fundamental que estejamos juntos para fazer esse enfrentamento conjunto.”

Ele negou ainda que haja conflito entre ele e Lira e disse manter um diálogo franco e próximo com o presidente da Câmara. “Nenhum. É natural que Senado e Câmara tenham divergências em pontos de vista, em apreciação de matérias. É muito normal e respeito muito isso”, afirmou.

Mais cedo, em um evento da XP, Lira foi questionado sobre a existência de ruídos entre ele e Pacheco e sobre a dificuldade no avanço de matérias aprovadas pela Câmara no Senado – como a BR do mar, lei cambial e marco das ferrovias, entre outras. Ele disse que o Senado tem autonomia para pautar os projetos que considerar importantes e disse ter uma relação boa com Pacheco, embora tenha dito que “às vezes as questões transcendem a boa relação entre os presidentes, e realmente tem problemas ali no plenário”.

“Nós estamos cumprindo o nosso papel. A Câmara está se debruçando com mais ou menos dificuldade, com mais desencontros, menos desencontros, mais debates, numa amplitude de fazer com que nossa contribuição seja feita e dada à população e ao Brasil. Agora, o Senado... essa pergunta tem que ser feita ao Senado, em respeito à independência das duas Casas. O sistema é bicameral justamente para que haja pesos e contrapesos, freios e medidas. mas é importante que o Senado se posicione com relação a isso”, disse Lira. “Nós não iremos apreciar uma matéria porque talvez o Senado não vote. É da autonomia do Senado pautar, votar, aprovar, reprovando, emendar, modificar. Mas eu penso que nós não podemos inviabilizar o sistema de contribuição para aperfeiçoamento de leis na Câmara em detrimento do que o Senado pensa, ou o Senado em detrimento do que a Câmara pensa.”

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 24/08/2021

PETROBRAS RECEBE PAGAMENTO DE US\$ 2,9 BI DO ACORDO DE COPARTICIPAÇÃO DE BÚZIOS

A Petrobras recebeu nesta terça-feira, 24, pagamento à vista no valor de US\$ 2,9 bilhões referente às obrigações das parceiras CNODC e CNOOC no acordo de Coparticipação de Búzios. Segundo o fato relevante, com o pagamento, a Petrobras emitirá o certificado de adimplência para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), visando atender a última condição precedente exigida pelo Acordo, que será vigente a partir de 1º de setembro.

Após essa data, a CNODC e a CNOOC têm até 30 dias corridos para manifestarem interesse no exercício da opção de compra de parcela adicional, de 5% cada uma, no Contrato de Partilha de Produção do Excedente da Cessão Onerosa.

Atualmente, a Petrobras possui 90% dos direitos de exploração e produção do volume excedente da cessão onerosa do campo de Búzios, em parceria com a CNODC (5%) e a CNOOC (5%).

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 24/08/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

EM 11 ANOS, ARRECADAÇÃO DE ROYALTIES DE PETRÓLEO NO RIO SUBIU 225%



O Rio de Janeiro responde atualmente por 83% da produção de petróleo no país em áreas marítimas (offshore) (Imagem: Pixabay)

A arrecadação de royalties do petróleo no estado do Rio de Janeiro subiu 225% em 11 anos, saltando de R\$ 1,2 bilhão de janeiro e julho de 2010 para R\$ 3,9 bilhões no mesmo período de 2021.

Os dados constam no 6º Anuário do Petróleo, lançado hoje (24) pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), e que reúne dados do setor no estado e análises sobre as expectativas para o próximo período.

O crescimento vem ocorrendo de forma mais intensa desde 2017, embora de lá pra cá tenha ocorrido dois momentos de queda significativa na arrecadação.

Um entre o fim de 2018 e o início de 2019 e outro no meio do ano passado, em meio aos efeitos da pandemia da covid-19. Em ambos os casos, porém, a recuperação não demorou.

“O estado recebeu no primeiro semestre de 2021 o equivalente a 21% do total em royalties gerados nacionalmente. Nos seis primeiros meses de 2021, o montante arrecadado cresceu 37% em relação aos valores do ano passado e já chega a 72,57% do arrecadado em 2019”, registra o anuário.

Conforme o documento, os resultados abrem uma oportunidade para a recuperação estrutural do estado. “Ao refletir em maior investimento público pode, assim, proporcionar um retorno socioeconômico também para municípios e toda população, fortalecendo fundamentalmente a base industrial como forma de consolidar a geração de emprego formal e a criação de renda”.

De acordo com Karine Fragoso, gerente de Petróleo, Gás e Naval da Firjan, além do aumento da arrecadação de royalties, há outros três destaques nesta edição. “Comparando com a primeira edição do anuário, lançada em 2016, tivemos um registro, cinco anos depois, de aumento da produção no território do Rio de Janeiro. Também houve aumento da utilização do parque de refino do Rio de Janeiro. E ainda um aumento da participação dos empregados fluminenses na cadeia fornecedora do país, de 33% para 53% já em 2020”, disse.

O Rio de Janeiro responde atualmente por 83% da produção de petróleo no país em áreas marítimas (offshore). Das 10 plataformas marítimas, nove estão no estado.

A Bacia de Santos, que se estende desde o litoral sul fluminense até o norte catarinense, contribuiu com 66% da produção nacional de petróleo em 2020 e já alcança quase 70% em maio de 2021.

A extração na camada pré-sal é responsável por mais de 70% do petróleo e do gás natural produzidos no país.

Os campos de maior destaque na Bacia de Santos, Tupi e Búzios, ambos na costa fluminense, foram responsáveis, respectivamente, por 42% e 26% da produção do pré-sal no mês de maio.

O anuário vê um cenário positivo para os negócios do setor com o avanço da campanha de vacinação contra a covid-19 ao redor do mundo.

A Firjan projeta uma alta da produção mundial, o que contribuiria para diminuir os preços do petróleo, que têm atingido valores bem altos, girando em torno de US\$ 76 o barril.

Por enquanto, a tendência é de crescimento. “Para o Brasil, em particular, com os valores de câmbio, os impactos são ainda mais significativos, já que nunca antes o barril de petróleo atingiu patamares tão altos quando convertido para valores em reais”, registra o documento.

Transição energética

O anuário também reúne dados históricos dos processos de transição energética. São evidenciados dois movimentos claros, o primeiro é o crescimento do uso do carvão em detrimento da lenha na segunda metade do século 19 e o segundo envolve o aumento da utilização do petróleo, que é a maior fonte de energia desde a segunda metade do século passado até os dias atuais.

Porém, mesmo sendo o maior emissor de gases de efeito estufa e com a expansão do uso de energias renováveis, o carvão ainda representa 27% do total consumido de energéticos no mundo.

Segundo o anuário, a indústria de petróleo e gás natural pode ser uma aliada para impulsionar o desenvolvimento das matrizes de energia limpa.

São citados bons resultados no segmento de geração eólica offshore, que tem ajudado a aumentar a vida útil de campos marítimos, pois permite a redução de queima de hidrocarbonetos para viabilização da produção.

A Firjan vê o gás natural como fundamental para o processo de transição, “por ser o combustível fóssil com a menor emissão de gases de efeito estufa e por garantir a estabilidade necessária ao sistema elétrico”.

De acordo com os dados divulgados, a produção fluminense de gás natural vem subindo de forma acentuada nos últimos anos, saltando de uma média diária de 30,4 milhões de metros cúbicos em 2014 para 81 milhões de metros cúbicos em 2020.

Painel virtual

Desde o ano passado, o anuário deixou de ser apenas um documento que reúne os dados do ano anterior e passou a incluir também um painel virtual dinâmico onde as informações são atualizadas com maior periodicidade. Dessa forma, ele já contabiliza alguns números de 2021.

Na edição lançada hoje, o anuário passou a incluir novos dados relacionados à participação dos principais países na indústria e no mercado global; às comparações do setor no Rio de Janeiro com as demais unidades da federação; à produção por plataforma; à distribuição de derivados no estado e à produção de biodiesel e etanol.

Também foi elaborado um mapa digital dos principais pontos de petróleo no estado.

Devido à pandemia da covid-19, é o segundo ano em que o evento de apresentação dos dados é realizado de forma online. O anuário foi lançado durante a websérie Óleo, Gás e Naval, que reúne até amanhã (25) representantes de órgãos e empresas do setor.

O ministro de Minas e Energia (MME), Bento Albuquerque, gravou uma saudação que foi transmitida durante o evento.

“O Brasil encontra-se em posição de destaque no cenário internacional com uma produção de 2,9 milhões de barris de petróleo por dia. Essa produção nos coloca como sétimo maior produtor do mundo, havendo a expectativa de atingirmos a quinta posição no ranking até 2030. Essa evolução se deve aos produtivos campos do pré-sal, que estão sendo gradativamente desenvolvidos e colocados em produção”, disse o ministro.

Fonte: MoneyTimes

Data: 24/08/2021

COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL PERDE FORÇA EM JULHO APÓS RETOMADA DO VAREJO FÍSICO

Por Reuters



É possível notar o otimismo do consumidor à medida que avança a vacinação e o varejo tradicional volta à atividade (Imagem: REUTERS/Evgenia Novozhenina)

As vendas do comércio eletrônico no Brasil perderam força em julho, na contramão do crescimento global do varejo, na esteira do avanço da vacinação contra a Covid-19, mostrou uma pesquisa nesta terça-feira.

De acordo com levantamento da Mastercard, que mede as vendas nas lojas físicas e no varejo online, as vendas no varejo no Brasil no mês passado cresceram 23,1% sobre um ano antes.

Em contrapartida, o ecommerce teve queda de 9,6%.

A pesquisa mostrou ainda que os segmentos que tiveram as maiores altas em julho foram os de restaurantes (+85%), vestuário (+66%), combustíveis (+58%) e artigos pessoais (+51%).

Segundo o gerente geral da Mastercard Brasil, Estanisla Bassols, o comércio físico seguiu dando sinais de recuperação, com crescimento das vendas em todos os setores.

“É possível notar o otimismo do consumidor à medida que avança a vacinação e o varejo tradicional volta à atividade”, afirmou ele em nota.

Os números fornecem um contraponto ao otimismo de empresas de comércio eletrônico que têm alegado que a preferência por canais online seguiu crescendo no país mesmo com a retomada do varejo físico nos últimos meses.

De todo modo, na comparação com igual julho de 2019, antes portanto da pandemia, a pesquisa da Mastercard mostra as vendas totais do varejo no mês passado cresceram 34,2%, enquanto as do comércio eletrônico subiram 108,9%.

Fonte: MoneyTimes

Data: 24/08/2021

Brazil Journal

BRAZIL JOURNAL

EXCLUSIVO: COSAN ANUNCIA ENTRADA NO MINÉRIO DE FERRO

Por Geraldo Samor

A Cosan está botando um pé no minério de ferro, alavancando sua expertise em logística portuária e de gestão para criar uma mineradora integrada em sociedade com Paulo Brito, o fundador e controlador da Aura Minerals, fontes a par do assunto disseram ao Brazil Journal.

Um anúncio é iminente.



A decisão de investimento vem três anos depois de Rubens Ometto considerar a compra de uma participação minoritária na Vale que transformasse a Cosan num acionista de referência da mineradora.

A Cosan terá 37% do novo negócio e controle compartilhado da nova companhia, por ora chamada de JV Mineração. Como parte da construção do novo negócio, a Cosan está comprando pelo menos 49% de um porto em São Luís por um valuation total de R\$ 720

milhões, que será integralizado na JV.

O porto pertence à China Communications Construction Company Limited (CCCC) e outros acionistas minoritários, incluindo a família do incorporador Walter Torre e seu sócio Paulo Remy.

A JV Mineração detém direitos de exploração de pelo menos três projetos minerais no Pará, que até agora estavam na holding de Paulo Brito. Além de contribuir o porto, a Cosan fará contribuições de capital ao longo da vida do projeto.

A JV deve começar a operar em 2025: o primeiro projeto mineral a ser explorado ficará em Paraupabas, no Pará, e se conectará ao porto pela Estrada de Ferro de Carajás e/ou um minerióduto.

O CEO da nova companhia será Juarez Saliba, um veterano da Vale e da CSN e um dos maiores conhecedores do setor. Julio Fontana, o ex-CEO da Rumo, será conselheiro e consultor sênior da JV Mineração.

A entrada na mineração é o primeiro de uma série de novos negócios que Rubens Ometto pretende iniciar, as fontes disseram. Para isso, a Cosan vai criar uma holding chamada Cosan Investimentos, que vai se associar a parceiros em projetos específicos.

Fonte: Brazil Journal

Data: 24/08/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

LIRA QUER VOTAR MERCADO DE CRÉDITOS DE CARBONO ATÉ A COP26

Por epbr - 24 de agosto de 2021 - Em Clima, Transição energética

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta terça (24) que pretende votar em plenário, até a realização da Conferência do Clima da ONU (COP26) marcada para novembro, o PL 528/2021, que tenta criar no Brasil um mercado regulado de carbono.

Na visão de especialistas, o projeto encontra um cenário favorável para aprovação.

“Depois das pautas estruturantes, queremos votar o crédito de carbono da floresta em pé, que dará uma resposta ao mundo de que 62% do nosso território é floresta e que meio dúzia de

desmatadores não podem jogar a imagem do Brasil no lixo”, disse Lira, em evento promovido pela XP Investimentos.

O projeto é do deputado Marcelo Ramos (PL/AM) e já passou pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara. Está agora na Comissão de Meio Ambiente, com relatoria de Carla Zambelli (PSL/SP), presidente do colegiado, indicada pelo governo Bolsonaro.

Parte do mercado de energia apoia substitutivo apresentado pelo deputado Zé Victor (PL/MG), que cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões – (SBCE), com base na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

O advogado Luiz Gustavo Bezerra, do Escritório Tauil & Chequer, defende que o projeto original, que pretende regulamentar o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), não daria vazão à demanda do país.

“O substitutivo [do deputado Zé Victor] é um texto robusto. É um bom ponto de partida para começar a conversar sobre esse sistema de comércio de emissões brasileiras, dando espaço também para compensações de emissões. É bem interessante, muito na linha do sistema de comércio de emissões do mercado europeu”, comentou em entrevista exclusiva à epbr.

COP26

Uma das maiores expectativas em relação à COP26, que ocorre em novembro na Escócia, é a regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris, que trata justamente da criação de um instrumento para comercializar resultados de mitigação internacionalmente.

Natascha Trennepohl, advogada e sócia do escritório Trennepohl Advogados, explica que as expectativas são altas para a regulamentação do artigo 6º do Acordo de Paris no encontro.

“As expectativas para regulamentação do artigo 6º são altas porque ele traz diferenças nos mecanismos.

Existem mecanismos que vão ser negociações entre governos, créditos que poderiam ser utilizados para as NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas).

Recentemente, o ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia, defendeu durante a Cúpula IEA-COP 26 Net Zero a precificação de carbono como uma medida financeira necessária para apoiar a transição energética.

Bento destacou que a posição brasileira é tratar a transição energética como um processo flexível, isto é, não estabelecer políticas que levem ao fechamento de mercados ou de rotas tecnológicas; e que considerem realidades regionais.

“O sucesso da transição energética dependerá em grande parte da implantação de todas as tecnologias e fontes viáveis, de acordo com as realidades de cada país, região e localidade”, disse.

Para Celso Fiori, gerente sênior de Advocacy da bp, a indústria já tem a resposta do que pode ser feito — melhorar a eficiência de processos, usar mais energia de baixo carbono, investir em preservação e restauração ambiental e remover carbono da atmosfera com as tecnologias de captura, armazenamento e uso de carbono (CCUS).

“Uma questão é como isso vai ser financiado. Isso tudo tem um custo e não é baixo. Existem várias formas de financiar, mas tem uma em particular que, sem dúvida, é disruptiva: a precificação do carbono”.

Celso Fiori participou do painel Soluções para abater e deixar de emitir carbono, parte da programação da série de lives Diálogos da Transição promovida pela epbr.

Segundo Agnes da Costa, chefe da Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios do Ministério de Minas e Energia (MME), o mercado de carbono é promissor para o Brasil, mas ainda existem questões que precisam ser avaliadas, como o preço baixo do carbono e o risco de dupla contagem e vazamento de emissões.

“Da nossa parte, enquanto a gente ainda não tem nada estruturado sobre o mercado de carbono, a gente está tentando viabilizar isso para as empresas no Brasil, especialmente em setores que são mais difíceis de descarbonizar”, disse Agnes durante o workshop da EPE.

A assessora do MME também destacou o relatório da Agência Internacional de Energia (IEA), o Net Zero by 2050, que indica a necessidade de desenvolvimento de novas tecnologias para o mundo alcançar emissões líquidas zero.

“Quando se tem a precificação de carbono, naturalmente se tem um esforço maior no desenvolvimento de novas tecnologias. Mas ainda é preciso amadurecer as reflexões sobre o offset, para identificar o quanto isso pode atrasar o desenvolvimento de novas tecnologias ou prejudicar certos países em detrimento de outros na contagem de emissões globais”, pontuou.

No caso do preço do carbono, o RenovaBio dá uma referência.

Primeiro mercado regulado de carbono do Brasil, o RenovaBio é voltado para o setor de combustíveis e obriga distribuidoras a adquirirem créditos de descarbonização (CBio) na B3.

O programa começou a valer em 2020 e o CBio – que equivale a uma tonelada de carbono e já chegou a ser negociado por R\$ 72 no ano passado – esta semana chegou ao preço médio de R\$ 27,51.

A título de comparação, em maio, o preço do carbono na Europa chegou a 50 euros por tonelada, o que equivale a cerca de R\$ 330.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 24/08/2021*

GOVERNO DIVULGA REGRAS PARA O RACIONAMENTO VOLUNTÁRIO DE ENERGIA

Por epbr - 24 de agosto de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

em jogo

O governo divulgou as regras para a indústria ofertar a Redução Voluntária de Demanda de Energia Elétrica (RVD) até 30 de abril de 2022. O Ministério de Minas e Energia (MME) atendeu pleito da indústria e reduziu para 5 MW o lote mínimo para cada hora de duração da oferta. As ofertas serão feitas ao ONS, que as encaminhará ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), comandando pelo próprio MME.

— O modelo prevê que a redução funcionará como um leilão. Os consumidores vão ofertar o montante que pretendem economizar e o preço. Se a oferta vingar, conforme as necessidades do sistema elétrico, o valor será pago pelas regras de liquidação do mercado de curto prazo até o limite do PLD.

— O que exceder o valor do PLD será rateado entre todos os consumidores por meio do Encargo de Serviço do Sistema (ESS).

— CCEE e ONS poderão propor novos produtos de Oferta de RVD acompanhados de análise para aprovação do CMSE.

Quem poderá participar?

- Consumidores livres
- Parcialmente livres
- Agregadores de cargas (consumidores, comercializadores e geradores responsáveis por agregar e centralizar as cargas)
- Consumidores modelados sob varejistas

O governo ainda indica que grandes consumidores podem ajudar a reduzir a demanda de energia a partir da gestão do seu consumo.

— “O governo federal vem utilizando todos os recursos disponíveis e tomando medidas excepcionais que permitam aumento da oferta de energia. Além dessas medidas, com a publicação das diretrizes, adiciona-se a possibilidade da contribuição dos grandes consumidores por meio da gestão da demanda”, diz nota do MME.

— Paulo Pedrosa, da Abrace, elogia a iniciativa do governo, com aperfeiçoamento do modelo e o atendimento ao pleito da indústria. Acredita que as regras serão ajustadas durante a realização dos leilões. Valor

Emergência climática. O Fórum de Governadores aprovou a criação do Brasil Verde, consórcio que pretende realizar articulação internacional dos estados na área ambiental. O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, que é o articulador do movimento Governadores pelo Clima, apresentou o modelo de governança do consórcio em reunião realizada nessa segunda (23/8).

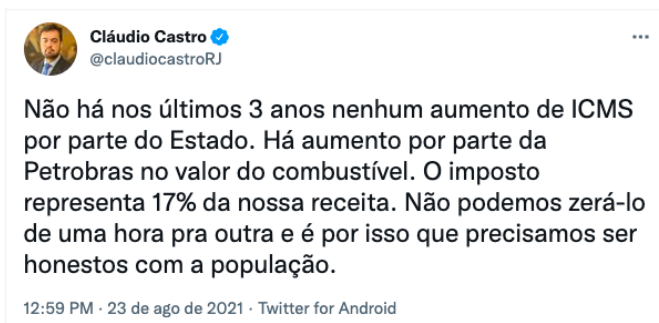
— “O consórcio Brasil Verde vai buscar recursos para financiar bons projetos para redução das emissões e também na busca de projetos que incentivem a geração de energia renovável. O tema das mudanças climáticas é importante para o Brasil. Os estados querem ajudar o país a alcançar suas metas”, declarou o governador capixaba.

— A ideia é que o Brasil Verde tenha um fundo único para apresentação de projetos para instituições internacionais.

— Em julho, os governadores se reuniram com o enviado especial dos EUA para o clima, John Kerry.

Combustíveis. Com o litro da gasolina superando os R\$ 7 em alguns estados, a estratégia do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de culpar os governadores pela alta no preço dos combustíveis começa a incomodar até mesmo governadores alinhados ao Planalto.

— O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, usou o Twitter para criticar a pressão feita pelo presidente e alertou que “reduzir um imposto sem as análises necessárias e, lá na frente, o prejuízo social causado acabar sendo pior para todos”



No Distrito Federal, o governador Ibaneis Rocha (MDB) classificou o discurso do presidente como “falácia”. “Nenhum governador tem aumentado o ICMS sobre combustíveis. Ele é cobrado como era cobrado há dez anos atrás. Então isso é uma falácia que se coloca na tentativa de culpar os governadores pelos nove aumentos que a Petrobras produziu nos combustíveis”, afirmou. Folha

— Bolsonaro coloca na tributação estadual o maior peso da composição dos preços e cobra dos parlamentares que seja aprovado, além da medida provisória da venda direta do etanol, o projeto de lei complementar para tornar fixo um valor nominal do ICMS, que não tem tido apoio da sua base na Câmara dos Deputados.

Petróleo quase zera perdas. Nessa segunda (23/8), os contratos futuros do petróleo quase zeraram as perdas registradas na última semana, com valorização de quase 6%. A recuperação foi motivada pelo dólar enfraquecido e forte mercado mundial de ações.

— O Brent avançou 3,57 dólares, ou 5,5%, fechando a sessão em 68,75 dólares o barril, enquanto o WTI para outubro avançou 3,50 dólares, ou 5,6%, para 65,64 dólares. Reuters

— Na manhã desta terça (24/8), Brent e WTI registravam alta de quase 2%.

A Petrobras anunciou que iniciou a produção do campo de Sépia, no pré-sal da Bacia de Santos. A produção é feita a partir do FPSO Carioca, capaz de processar diariamente até 180 mil barris de óleo e comprimir até 6 milhões de m³ de gás natural.

— A jazida de petróleo compartilhada em Sépia está nos campos de Sépia e Sépia Leste, localizados em áreas da Cessão Onerosa e de Concessão (BM-S-24), respectivamente, operada pela Petrobras (97,6%), em parceria com a Petrogal Brasil (2,4%).

— Em 17 de dezembro, o governo vai licitar – pela segunda vez – o volume excedente de petróleo para o projeto, junto com o campo de Atapu.

— O campo de Sépia terá bônus de assinatura de R\$ 7,138 bilhões e alíquota de partilha de 15,02%. Já Atapu terá bônus de assinatura de R\$ 4,002 bilhões e alíquota de partilha de 5,89%.

— O FPSO Carioca é a primeira das 13 novas plataformas da companhia previstas para entrar em produção entre 2021 e 2025. A empresa está finalizando os estudos para contratar FPSOs para os projetos de Búzios 10, 11 e 12, antecipou o diretor de E&P, Fernando Borges, em entrevista ao vivo à epbr.

— A Petrobras iniciou em junho a contratação do FPSO para os futuros campos de águas profundas na Bacia de Sergipe-Alagoas, contou o diretor de Desenvolvimento da Produção, João Henrique Rittershausen, em entrevista ao vivo à epbr.

Partilha na oferta permanente da ANP. Até o final do ano, o governo deve encaminhar ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) proposta de resolução que vai liberar a inclusão de blocos no modelo de partilha da produção na oferta permanente de áreas.

— A informação foi dada pelo diretor do Departamento de Exploração e Produção do MME, Rafael Bastos, durante workshop promovido pela ANP para apresentar o potencial da oferta permanente

— A discussão não é nova. Proposta para inclusão de áreas de partilha na oferta permanente estão no MME desde 2019, desde a época em que o senador José Serra (PSDB/SP) apresentou projeto de lei para o fim do direito da preferência da Petrobras no pré-sal, que continua existindo.

— “É um processo muito mais simples quando se trata de concessão. Como estamos falando de partilha de produção, o CNPE precisa não só autorizar que esses blocos vão para a oferta permanente, mas também estipular os parâmetros técnicos e econômicos. Isso torna o processo um pouco mais complexo”, disse Bastos.

Shell assina com a Copergás. A Shell assina nesta terça (24/8) contrato com a distribuidora Copergás, de Pernambuco, contrato de fornecimento de gás natural.

— Válido por dois anos, o acordo prevê a entrega de 750 mil m³/dia em 2022 e 1 milhão de m³/dia em 2023.

— A Copergás espera obter uma economia de 17% em relação ao gás que compra da Petrobras. Isso representaria uma economia de R\$ 180 milhões nos dois anos de vigência do contrato. Valor

— O gás será fornecido pela Shell por meio do terminal de regaseificação da OnCorp que está sendo instalado no Porto de Suape.

Privatização da Sulgás. O edital de privatização da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás), publicado na última sexta (20/8) determina valor mínimo de R\$ 927,8 milhões pela empresa.

— As propostas pelos 51% de participação do governo gaúcho na concessionária de gás devem ser entregues até o dia 18 de outubro de 2021, na B3. O leilão está previsto para o dia 22 de outubro de 2021.

— É o terceiro leilão de privatização promovido pelo governo do Rio Grande do Sul em 2021. Antes, foram vendidas a CEEE-D (distribuição) e CEEE-T (transmissão).

Logística. A Cosan anunciou oferta de R\$ 720 milhões para aquisição de 100% do TUP São Luís, terminal portuário de uso privado localizado na capital do Maranhão, da São Luís Port Company, da chinesa CCCC.

— A aquisição, por meio da Atlântico, controlada pela Cosan, será feita por uma nova estratégia de investimentos por meio de uma estrutura de fundos

— Prevê também um Memorando de Entendimento com o Grupo Paulo Brito para a entrada do grupo no mercado de mineração, controlando a Aura Minerals, que vai explorar minério de ferro, que será exportado pelo porto.

— Juarez Saliba de Avelar, ex-Vale e CSN, será o presidente-executivo. Julio Fontana será conselheiro e consultor sênior.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 24/08/2021*

CRISE ENERGÉTICA: É HORA DE FALAR SOBRE OS CARROS ELÉTRICOS?

Artigo por Rodrigo Aguiar, sócio-fundador da Elev
Por epbr - 24 de agosto de 2021- Em Opinião, Setor elétrico

Falar em veículos elétricos em meio a crise energética que o Brasil enfrenta pode parecer um paradoxo. A primeira pergunta é: como podemos, em meio a tudo isso, pensar na troca de veículos a combustão por elétricos?

A resposta não é simples, mas pode ser resumida em uma única palavra: planejamento.

Vale dizer que o impacto dos veículos elétricos no consumo nacional é muito pequeno e os dados não me deixam mentir. De acordo com estudos realizados pela ANFAVEA, em 2035 teremos 62% dos veículos brasileiros elétricos, e que consumirão apenas 1,5% do volume nacional de energia.

Isso significa que os carros elétricos não são um problema para o sistema energético brasileiro.

Acontece que, como especialista na área, afirmo que ao menos 15% de toda a energia elétrica consumida no país é desperdiçada (seja em equipamentos obsoletos, seja em processos produtivos equivocados).



Isso representa a cada ano, dez vezes mais do que os veículos elétricos vão consumir. E o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf) continua andando devagar, o que faz o Brasil andar na contramão do resto do mundo.

O cenário atual é que os países industrializados e, portanto, as montadoras globais, já definiram a data que cada uma fará esta transição e o fato é que o Brasil não pode transformar essa oportunidade em uma grande derrota, pois neste momento estas oportunidades de mercado são infinitas.

O outro ponto é que se não nos alinharmos com o pensamento mundial, as montadoras irão embora do país e a grande indústria de autopeças ligada a ela, vai falir!

O problema pode começar a ser resolvido com atuação em duas frentes.

Por um lado, temos que melhorar tudo o que está ligado aos biocombustíveis e, em paralelo, montar um plano consistente e estruturado para os veículos elétricos no país.

Com as grandes reservas que temos de lítio, manganês, níquel e grafite, temos que realizar acordos com os grandes centros mundiais de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e assim estarmos juntos na evolução das baterias para estes veículos elétricos.

Pensarmos em não exportar commodities e sim produto industrializado, com maior valor agregado.

E aqui voltamos na parte de planejamento. Todo esse trajeto não será percorrido do dia para a noite. Para fazer as coisas direito, temos que nos reunir, pensar, trabalhar e é para ontem.

A produção automobilística não está nas nossas mãos, então é hora de olharmos para o mercado e entendermos como podemos entrar bem neste mercado.

Não há motivos para ter receio ao incentivar o uso de carros elétricos, pois reforço que eles representam baixíssimo consumo dentro da nossa matriz energética e com uma vantagem enorme de economia para o bolso do consumidor pelo custo do quilômetro rodado.

Aliás, a grande diferença entre a crise energética atual e a ocorrida no governo Dilma, é que naquela época, apesar da enorme redução da capacidade hídrica dos reservatórios das usinas hidrelétricas, não havia outras fontes de geração de energia como agora.

O grande aumento da geração renovável (principalmente eólica e fotovoltaica), além da inserção das termelétricas, permite um “conforto” com relação a possíveis apagões. Porém, o preço a se pagar é uma tarifa absurdamente alta.

Por isso, é preciso atuar na redução do consumo voluntário de energia e redução do desperdício por meio de programas fortes de curto, médio e longo prazo ou até criar imediatamente os leilões de eficiência energética.

Além disso, é fundamental montar os alicerces para a vinda dos veículos elétricos, aumentar o número de eletropostos, reduzir a carga tributária (principalmente federal) e criar um plano estruturado e duradouro.

Não é loucura, a crise energética é o melhor momento para pensarmos e trazermos os holofotes para os veículos elétricos!

Rodrigo Aguiar é sócio-fundador da Elev. Profissional com mais de 25 anos na área de Eficiência Energética, implantou mais de 1500 projetos em todo país nos setores industrial, comercial, serviços e público. Tem passagens em entidades como PNUD, IFC, BID e GIZ, todos como consultor em estudos sobre o mercado elétrico, além de ter estado à frente de posições como

diretor do departamento de energia da DEINFRA da FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo e Diretor Comercial da AGES Consultoria, além de presidente da ABESCO – Associação Brasileira das Empresas de Conservação de Energia

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 24/08/2021

MAIS LUZ PARA AMAZÔNIA VAI DEMANDAR MAIOR INTEGRAÇÃO COM COMUNIDADES LOCAIS

Por Nayara Machado - 24 de agosto de 2021 - Em Diálogos da Transição, Solar

Editada por Nayara Machado
nayara.machado@epbr.com.br

Aposta do governo para universalização da eletricidade na Amazônia Legal, a expansão da geração fotovoltaica para atender aos sistemas isolados ainda esbarra em dois fatores que elevam custos: logística e profissionais locais qualificados.

“Quando a gente olha para as regiões remotas dos sistemas isolados da Amazônia Legal, percebe que nesses locais as atividades de operação e manutenção envolvem uma complexidade muito maior”, explica Carlota Aquino, coordenadora executiva do Idec.

É nesse contexto que o setor privado passa a ver a comunidade desempenhando um papel mais ativo na operação e manutenção dos sistemas.

“Tanto a história nacional de eletrificação, quanto as experiências internacionais explicitam o impacto positivo da inclusão da comunidade nesse processo. E ela tende a mostrar, em contrapartida, os riscos quando há sua exclusão”, completa Carlota.

A questão foi discutida nesta terça (29) durante o webinar Eletrificação em regiões remotas da Amazônia Legal promovido pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Instituído em fevereiro de 2020 pelo governo federal, o Programa Mais Luz para a Amazônia (MLA) propõe levar energia limpa e renovável a 70 mil famílias que vivem em áreas remotas, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O mercado, por sua vez, dá sinais de força.

Os estados da Amazônia Legal experimentaram um salto de 169% no último ano na quantidade de consumidores com sistemas de micro ou minigeração distribuída. Superou o crescimento nacional de 111%.

Nos oito estados que compõem a região, mais de 53 mil consumidores estavam conectados a sistemas de mini e microgeração distribuída em 2020, ante 19,7 mil em 2019 — a maior parte no uso residencial, que representa 43% do consumo, segundo dados da Aneel.

Para 2022, a meta é atender pouco mais de 19 mil unidades consumidoras e o orçamento da CDE previsto é de R\$ 423 milhões.

São comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas sem acesso às redes de distribuição convencionais.

Embora aproveitem a alta incidência solar da região, os painéis fotovoltaicos precisam de uma rotina de manutenção.

“O trabalho de manutenção precisa ser rotineiro e cotidiano, apesar de, muitas vezes, ser invisível para os usuários”, comenta Emilie Etienne, pesquisadora da Universidade de Grenoble, na França.

Segundo a especialista, a vida dos produtos solares é muito curta – de dez a vinte anos – e a falta de manutenção reduz ainda mais o tempo de operação desses sistemas.

E trouxe dados da América Latina e África para demonstrar o desafio.

Na Bolívia, por exemplo, 90% dos sistemas fotovoltaicos instalados há quatro anos ou mais estão fora de operação. No Peru, 34% dos sistemas fora da rede são relatados como inoperantes.

Já no Quênia, 20% dos produtos solares param de funcionar 18 meses após a compra. Em Madagascar, as taxas de desconexão chegam a 50% em algumas mini-redes.

No tema da qualificação, Emilie destaca a importância de incluir a comunidade local.

“Um exemplo é o programa das Mães Solares [no México], onde se capacitaram as mulheres, que são as pessoas que mais ficam na comunidade”.

Qualificar profissionalmente a população local para operar os equipamentos é uma saída para mitigar o custo final dos atendimentos das distribuidoras de energia.

“Muitas vezes, esses serviços relacionados aos sistemas fotovoltaicos podem ser serviços pequenos, fáceis de resolver, não precisa deslocar uma equipe grande. Ter gente local, treinada, capacitada para rapidamente ir ao local e verificar o problema é a melhor alternativa”, diz Job Figueiredo, assessor de Projetos Regulatórios da Energisa.

O grupo Energisa está dando seus primeiros passos na instalação de sistemas fotovoltaicos em áreas remotas.

A companhia de distribuição espera encerrar 2021 com 933 atendimentos nos estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins. E chegar a 2026 com um total de 30,7 mil famílias atendidas.

Os projetos devem se basear em outras experiências da Energisa de universalização.

“No Pantanal, vamos fazer um atendimento para famílias que estão em uma situação muito parecida com a da Amazônia Legal. É uma região que tem grandes restrições ambientais, não tem como levar a rede convencional”

Com investimentos da ordem de R\$ 134 milhões, as instalações começaram em agosto, e as soluções combinam sistemas fotovoltaico, baterias, inversores e eficiência energética nas residências.

O projeto faz parte do Programa Luz Para Todos.

“Foram contratados 210 colaboradores para instalação dos sistemas. 80% desses trabalhadores são locais. Além disso, a expectativa é que 20 profissionais fiquem permanentemente alocados para operação e manutenção dos equipamentos”, conta Job.

Curtas

Lira quer votar PL que cria mercado de carbono até a COP26. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pretende votar em plenário o PL 528/2021, até a realização da Conferência do Clima da ONU. Na visão de especialistas, o projeto encontra um cenário favorável para aprovação. epbr

A Empresa Interagrícola S.A. (Eisa) neutralizou 67 tCO₂e com aquisição de créditos de carbono do Projeto REDD+ Vale do Jari, na Amazônia brasileira, nesta terça. O volume corresponde às emissões para produção e distribuição de um contêiner de café verde. Broadcast

A crise energética brasileira é o melhor momento para discutir a eletromobilidade, escreve Rodrigo Aguiar, sócio-fundador da Elev. “É fundamental montar os alicerces para a vinda dos veículos elétricos, aumentar o número de eletropostos, reduzir a carga tributária e criar um plano estruturado e duradouro.

Produtores de etanol do Centro-Sul do Brasil comercializaram 1,15 bilhão de litros do biocombustível nos primeiros 15 dias de agosto — retração de 5,2% em relação ao mesmo período da safra 2020/2021, segundo a Unica. Broadcast

A dinamarquesa A.P. Moller-Maersk anunciou a encomenda de oito navios capazes de operar com metanol neutro em carbono para acelerar a descarbonização de sua frota. A empresa também prometeu encomendar apenas novas embarcações que possam usar combustível neutro em carbono. Reuters

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 24/08/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

PRESIDENTE DO BC ELOGIA DISCURSO DE LIRA SOBRE DISCIPLINA FISCAL

Para Roberto Campos Neto, mercado reagiu à fala do presidente da Câmara e confirma ‘sensibilidade’ ao tema

Por Gabriel Shinohara



Campos Neto disse que o pano de fundo do discurso fiscal é 'melhor' Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

BRASÍLIA — O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, elogiou nesta terça-feira o discurso que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) fez em defesa da responsabilidade fiscal.

— Hoje, por exemplo, o presidente da Câmara fez um discurso muito duro do compromisso da Câmara com a disciplina fiscal e a gente viu o efeito que teve nos mercados hoje . Então mostra de fato uma sensibilidade a esse tema — disse Campos Neto.

Viu isso? 'Esse imprevisto é assustador': economistas criticam a condução das reformas pela equipe econômica de Bolsonaro

A fala de Lira, que defendeu a responsabilidade fiscal e disse que ela anda junto com a democracia, ajudou no otimismo dos investidores na alta da Bolsa. No pregão desta terça-feira, o patamar retomou os 120 mil pontos.

O presidente do BC citou Lira para explicar que o mercado é mais sensível ao tema fiscal e por isso as pautas recentes do governo, como a PEC dos Precatórios e a reforma do Imposto de Renda têm causado “ruídos”.

— A leitura é que tivemos alguns programas, começando com tributária, depois o tema dos precatórios e o tema do fundo, que de certa forma houve uma percepção do mercado que esses três projetos estavam sendo viabilizados com o intuito de propiciar a possibilidade de ter um Bolsa Família mais alto, mais rápido.

Alternativa: Sem avanço na proposta do IR, estados intensificam ofensiva por reforma tributária que inclua ICMS

Completou:

— O mercado associou programas que são projetos de governo a uma vontade de ter um bolsa família mais alto, mais forte ou mais rápido, e isso gerou esse ruído.

Campos Neto disse que é isso que o mercado tem comunicado e o que ele tem tentado fazer é mostrar que o pano de fundo fiscal é “melhor”. Ele citou que a dívida pública, que vem caindo nos últimos meses, é “inegavelmente melhor” do que se esperava antes da pandemia.

— De fato, o pano de fundo é melhor, quando a gente olha o (resultado) primário, a gente está falando de 2022 com um número muito próximo do que a gente imaginava antes da pandemia — disse.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/08/2021

INVESTIMENTO PARA A APOSENTADORIA DEVE SER DIVERSIFICADO E INTERNACIONAL, MAS COM PROPÓSITO, DIZ CEO DA BLACKROCK

Bilionário americano, Larry Fink disse que aplicações de longo prazo devem considerar empresas nas quais o investidor acredite

Por Stephanie Tondo



Larry Fink, CEO da gestora de ativos BlackRock Foto: Divulgação

RIO — Para ter uma aposentadoria confortável, é preciso saber investir. E isso significa ter um portfólio diversificado e com aplicações no exterior, ensinou Larry Fink, CEO da gestora de ativos BlackRock, durante o evento Expert XP, realizado nesta terça-feira.

Autor de uma carta aos CEOs de todo o mundo alertando para a importância que as políticas ambientais vêm ganhando para os investidores, Fink destacou que os investimentos de longo prazo, como é o caso das aposentadorias, não precisam estar desvinculados do propósito individual de cada investidor. Pelo contrário. De acordo com ele, o ideal é que as pessoas busquem investir em empresas com as quais se identificam.

Segundo o bilionário americano, muitas pessoas em todo o mundo juntam dinheiro ao longo da vida, mas deixam os recursos na conta bancária, fazendo com que esse dinheiro se desvalorize com o tempo. Ele acredita que existe um medo de investir, influenciado pela ideia de rapidez do mercado financeiro, mas que não condiz com o investimento de longo prazo, que é menos volátil.

— Aí é que está a alegria de investir: encontrar portfólios em que se consegue reunir empresas com as quais você vai crescer junto. Sei que é uma jornada difícil, mas vale o esforço. Se você puder realmente pensar no que está investindo, ter uma carteira diversificada global vai ser a melhor estratégia.

Fink acrescentou ainda que quando é questionado sobre o melhor tipo de investimento, sua resposta é: fundos globais diversificados, lançando mão de oportunidades em países emergentes, como o Brasil e a China, e em tecnologias que ajudem a solucionar questões climáticas, como energias renováveis.

O CEO da BlackRock reconheceu que existe uma dificuldade para identificar atualmente os investimentos com impacto sustentável real, e que uma taxonomia para isso deve ser definida na A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), que ocorre em novembro.

Ele acrescentou que em meio ao crescimento do nacionalismo em todo o mundo, é fundamental que os empresários liderem a busca por soluções que ajudem a sociedade a avançar.

— Precisamos ter um capitalismo mais inclusivo. Depende dos negócios fazer com que a sociedade avance. Por isso eu escrevi aquela carta aos CEOs. É importante que nesse mundo em que há tanta desigualdade, a gente consiga trabalhar junto com os governos — defendeu.

De acordo com o empresário, é preciso também “reimaginar” o Fundo Monetário Internacional (FMI) para que se consiga ajudar os países, especialmente os emergentes, a implementar projetos socioambientais. Ele ressaltou que as soluções energéticas mais importantes são caras, e por isso dificilmente seriam implementadas nos países rápidos o suficiente para que se tenha um mundo mais sustentável.

— Se nós formos trazer o capital privado para o mundo emergente, para ajudar a investir em novas tecnologias de energia solar, eólica, a gente vai precisar repensar o financiamento disso. O capital privado não consegue investir na maior parte do mundo emergente. E quando o FMI foi criado, a ideia é que os bancos fizessem esse financiamento, mas isso não acontece mais. São os investidores da XP e da BlackRock.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 24/08/2021

ANAC APROVA NOVO EDITAL DE CONCESSÃO DE VIRACOPOS

O novo concessionário deverá investir R\$ 4,2 bilhões para dar continuidade à ampliação das operações

Por Geralda Doca



Anac aprova novo edital de concessão de Viracopos Foto: Divulgação/Infraero

BRASÍLIA – A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou, nesta terça-feira, a minuta do edital da nova licitação do aeroporto de Viracopos (Campinas). O novo concessionário deverá investir R\$ 4,2 bilhões para dar continuidade à ampliação das operações.

O edital e os estudos sobre viabilidade econômica ficarão em consulta pública por 45 dias e serão submetidos ao Tribunal de Contas da União (TCU). Depois disso, será publicado o edital definitivo e marcada a data do leilão. Os detalhes dos estudos serão divulgados nessa quarta-feira.

Esse é o segundo aeroporto a ser relicitado, após o terminal de São Gonçalo do Amarante (RN), que aguarda o aval do TCU. Viracopos fez parte da primeira etapa do processo de privatização do setor aeroportuário, iniciado em 2012, que inclui Brasília e Guarulhos.

O projeto de Viracopos prevê a construção de uma nova pista de pouso, paralela à já existente e independente, apta a receber aviões cargueiros de grande porte, além de operações de transporte de passageiros, regulares e não regulares.

A chamada relicitação é um processo de devolução amigável, ou seja, é preciso que o concessionário manifeste o desejo de devolver o ativo. A medida está prevista na lei 13.448/2017

como alternativa para resolver problemas nos contratos de concessão de rodovias, ferrovias e aeroportos.

Viracopos foi arrematado pelo Consórcio Aeroportos Brasil (TPI-Triunfo Participações e Investimentos S/A, UTC Participações S/A e pela francesa EGIS Airport Operation). O grupo deu lance de R\$ 3,821 bilhões, 159,75% acima do preço mínimo de R\$ 1,5 bilhão para explorar o aeroporto por 30 anos.

Com a crise na economia a partir de 2014, a modelagem do setor começou a apresentar falhas, devido ao cenário projetado que não se confirmou.

O envolvimento de empreiteiras, integrantes dos consórcios, na Operação Lava Jato também complicou a situação financeira das concessionárias, que passaram a ter dificuldades para pagar outorgas para a União e dívidas aos credores.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/08/2021

REFORMA ADMINISTRATIVA: RELATÓRIO DEVE SER ENTREGUE NESTA SEMANA EM MEIO A DISCUSSÃO SOBRE TIPOS DE VÍNCULOS

O relator da proposta, deputado Arthur Oliveira Maia, deve ter reuniões com Arthur Lira, presidente da Câmara, e com governo antes de apresentar parecer

Por Fernanda Trisotto



Deputado Arthur Maia (DEM-BA) é o relator da reforma administrativa na comissão especial da Câmara Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

BRASÍLIA – O deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) deve entregar seu parecer sobre a reforma administrativa, que modifica bastante o texto original enviado pelo governo, até sexta-feira para avaliação da comissão especial. A principal discussão no momento está relacionada aos tipos de vínculos para os

servidores.

A proposta do governo acaba com o regime jurídico único, atual forma de contratação dos servidores, e estabelece cinco novos tipos de vínculos para o serviço público. Esses novos formatos valeriam apenas para futuros servidores e abrangem contrato de experiência, contratações com prazo determinado e indeterminado, funções típicas de estado e uma reformulação dos cargos comissionados.

Interlocutores que acompanham as discussões relataram ao GLOBO que a equipe econômica não abre mão dessa formatação de vínculos, mas o relator estaria inclinado a rechaçar essa mudança por entender que essa alteração tornaria mais complexo o sistema de carreiras públicas.

O grande nó aqui gira em torno da estabilidade. Pela proposta original, a estabilidade no funcionalismo seria restrita para as carreiras típicas de estado, que englobam funções da magistratura e diplomacia, mas que serão definidas em lei posterior.

O modelo de contratação por prazo indeterminado concentraria a maior parte dos futuros servidores, que desempenhariam funções técnicas e administrativas, mas que não seriam classificadas como exclusivas de estado. Apesar de um dos pilares dessa reforma também incluir a regulamentação da avaliação de desempenho, eventual processo de demissão dos funcionários públicos seria facilitado para os contratados por meio desse vínculo.

Mudanças no parecer

Durante a discussão da proposta na Comissão Especial, Arthur Maia já havia sinalizado pontos que deveria mudar no texto. Um dos pontos polêmicos diz respeito à inclusão de membros de Poder, como magistrados e militares, ao projeto, fazendo com que futuras contratações também sigam essas regras. Como o GLOBO já mostrou, essa inclusão poderia render uma economia de R\$ 31,4 bilhões aos cofres públicos em dez anos.

Maia já afirmou que deve incluir juízes e parlamentares em seu parecer. Esse tópico, no entanto, ainda gera dúvidas entre deputados por causa da constitucionalidade da medida.

Entidades que representam categorias do Judiciário contestam a inclusão na reforma administrativa. A alegação é de que apenas o Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), poderia encaminhar proposta para mudar as regras de servidores da categoria, como magistrados e procuradores da República. Mas não há consenso entre juristas sobre isso.

Outro ponto proposto pelo governo e que deve ser eliminado no parecer diz respeito à flexibilização das regras para preenchimento de cargos em comissão.

O texto original prevê a extinção dos atuais cargos comissionados e funções gratificadas. Esses instrumentos de contratação seriam substituídos por cargos de liderança e assessoramento. Essa mudança liberaria para União, estados e municípios 1 milhão de postos para livre nomeação, inclusive para pessoas sem concurso.

Maia já avisou que deve manter esse ponto tal qual funciona atualmente, mantendo uma separação de cargos que serão ocupados apenas por servidores, que envolvem funções mais técnicas e estratégicas, daqueles que podem ser ocupados por qualquer pessoa.

Avanço do texto

Após apresentar o parecer, o relatório deve ser votado na Comissão Especial. O presidente do colegiado, o deputado Fernando Monteiro (PP-PE), trabalha com o calendário para votação do texto até o dia 1º de setembro, considerando o prazo para entrega do parecer e o tempo de análise do relatório pelos deputados.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já sinalizou querer votar o texto da PEC em plenário ainda em agosto, mas ainda não definiu cronograma para essa proposta.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 24/08/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

COSAN COMPRA PORTO NO MARANHÃO E FAZ PARCERIA PARA INVESTIR EM MINERAÇÃO

Valor pago pelo TUP São Luís será de R\$ 720 milhões, por meio de sua controlada Atlântico; parceria em minério será com a Aura Minerals, em projeto no Pará

Por Reuters,

A gigante dos combustíveis Cosan anunciou ontem uma nova estratégia de investimentos, por meio da qual poderá entrar em novos negócios. Esse movimento já inclui, segundo a empresa, a apresentação de proposta para a aquisição de 100% do TUP São Luís, terminal portuário de uso privado localizado na capital do Maranhão, por R\$ 720 milhões, além da formação de uma parceria no setor de mineração.

A oferta pelo porto foi enviada pela Atlântico – controlada da Cosan – à São Luís Port Company, da chinesa CCCC, e aos acionistas minoritários que somam participação de 49% no terminal, disse a companhia. O fechamento da operação está sujeito a condições, como aprovações regulatórias e concorrenciais, bem como a aprovações societárias da CCCC.

Além disso, a iniciativa envolve a assinatura de um memorando de entendimento, também por meio da Atlântico, para entrada na área de mineração por meio de uma joint venture com o Grupo Paulo Brito, controlador da Aura Minerals, que irá explorar minério de ferro para escoamento pelo porto.

O memorando prevê que a Atlântico deterá 37% do capital total e controle compartilhado da nova companhia – ou seja, 50% das ações ordinárias da empresa. O primeiro projeto mineral a ser explorado pela joint venture está localizado próximo a Parauapebas (PA), na região de Carajás, conectado ao porto pela estrada férrea de Carajás, e tem início de exploração previsto para 2025.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/08/2021

CCJ DO SENADO APROVA NOVO MANDATO PARA AUGUSTO ARAS

Placar na comissão foi de 21 a 6; indicação ainda vai passar por votação no plenário da Casa, onde o procurador-geral precisa da maioria absoluta dos votos dos senadores

Por Rayssa Motta, Pepita Ortega/São Paulo e André Shalders/Brasília

Depois de mais de seis horas de sabatina, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou nesta terça-feira, 24, pelo placar de 21 votos a 6, a recondução de Augusto Aras para o cargo de procurador-geral da República. Ele foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para um segundo mandato de dois anos mesmo estando fora da lista tríplice aprovada pela classe.

A indicação ainda vai passar por votação no plenário da Casa Legislativa. Aras precisa da maioria absoluta dos votos dos senadores (41 dos 81) para ter sua nomeação confirmada.

O procurador-geral da República chega ao final do primeiro mandato sob críticas por um suposto alinhamento ao governo federal. Nas últimas semanas, ele foi alvo de notícias-crimes no Supremo Tribunal Federal (STF) e de uma representação no Conselho Superior do Ministério Público Federal (MPF) que lhe atribuíram crime de prevaricação (quando um servidor público não toma determinada ação que lhe compete em benefício de terceiros) para favorecer o presidente.



O procurador-geral da República Augusto Aras.
Foto: Gabriela Biló / Estadão

Aos senadores, Aras defendeu que sua gestão foi 'sóbria e técnica'. Ele disse que discordou de 30% dos pedidos liminares feitos pelo governo federal e em 80% das manifestações relacionadas à covid-19. "O MP não é de governo, nem é de oposição", afirmou.

De acordo com o procurador-geral, a PGR faz uma 'análise criteriosa antes de tomar as medidas cabíveis' nos processos, 'sem espetáculo, sem escândalo'.

"Esse foi o caminho, por exemplo, para apurar possível tentativa de interferência na PF, os atos antidemocráticos, suspeita de declarações em apologia à homofobia pelo ministro da Educação, atuação do ministro da Saúde na pandemia, suspeita de advocacia administrativa pelo ministro do Meio Ambiente, suposta prática de prevaricação do Presidente da República. Em todos esses

procedimentos, primeiro nós fizemos uma análise profunda para não criar dificuldades injustas para quem quer que seja”, afirmou.

O discurso do procurador-geral na CCJ foi marcado por críticas à Operação Lava Jato, cujo modelo das forças-tarefas foi extinto em seu primeiro mandato, reclamações sobre a imprensa e declarações reiteradas do compromisso contra o que chama de ‘criminalização da política’ (***leia os principais trechos da sabatina***).

<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/por-mais-dois-anos-na-pgr-preferido-de-bolsonaro-augusto-aras-vai-ao-senado-para-a-sabatina/>

Fonte: *O Estado de São Paulo* - SP

Data: 24/08/2021

GOVERNO AVALIA RETIRAR 'EXCESSO' DA DÍVIDA DOS PRECATÓRIOS DO TETO DE GASTOS

Com 'plano B', seria possível livrar fatia de R\$ 30 bi da regra do teto - para 2022, gastos com precatórios devem ficar em R\$ 89,1 bi; percepção é de que a proposta de parcelamento dos débitos não será aprovada no Congresso

Por *Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - O governo já começa a discutir internamente um “plano B” para a fatura bilionária de precatórios (valores devidos pelo poder público após sentença definitiva na Justiça) em 2022, calculada em R\$ 89,1 bilhões.

Embora o ministro da Economia, Paulo Guedes, insista na necessidade de parcelar as dívidas de valor mais elevado, ministros envolvidos nas negociações reconhecem que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) enviada pelo governo enfrenta resistências e é vista com desconfiança pelos parlamentares e no mercado financeiro. Sondagens feitas no Congresso apontam que o texto da PEC não será aprovado. Por isso, essa ala quer abrir o diálogo – inclusive com governadores que são credores de R\$ 16,6 bilhões em precatórios em 2022 – e chegar a um desfecho mais “palatável”.

Entre as soluções consideradas possíveis, está a de retirar do alcance do teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à inflação e é hoje a âncora do governo para indicar sustentabilidade das contas) apenas o “excesso” de crescimento das dívidas judiciais, isto é, cerca de R\$ 30 bilhões de aumento acima do previsto para 2022, mantendo uma regra semelhante para anos seguintes. Outra opção é retirar a despesa com precatórios do teto e recalculá-lo desde a sua origem, em 2016.

As alternativas ainda estão em discussão dentro do governo e também com o Congresso Nacional e, por isso, não há definição sobre qual caminho a ser tomado. O diagnóstico, porém, é de que há problemas de comunicação que precisam ser endereçados e necessidade de “ajustar a narrativa” e dar maior transparência à solução que for escolhida. Um dos problemas foi associar a aprovação da PEC a um aumento do valor do benefício médio do novo Bolsa Família para R\$ 400, o que fontes consultadas pela reportagem apontam que não foi e nem está em consideração.

Nessa ala do governo, a avaliação é de que o problema dos precatórios foi tratado de forma “nebulosa”, o que contribuiu para os ruídos e as incertezas, que nas últimas semanas jogaram combustível na alta do dólar e dos juros no mercado financeiro. Segundo um integrante do governo, independentemente da saída escolhida, é preciso ter clareza em torno dessas informações para que qualquer um possa “fazer a conta” de qual será o espaço para novas despesas no teto de gastos em 2022.

O governo contava com um espaço adicional de cerca de R\$ 30 bilhões no teto de gastos no ano que vem para ampliar o Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil. Às vésperas do envio da proposta ao Congresso, surgiu a fatura dos precatórios – chamada de “meteoro” por Guedes – em valor acima dos R\$ 57 bilhões programados pela equipe econômica. O gasto com demandas

judiciais ocupou a folga que seria do programa social, o que levou o governo a propor o parcelamento.

No mercado financeiro, há o temor de que o governo use a PEC para manobrar o Orçamento e criar espaço adicional para gastos em 2022, de olho na reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Cálculos iniciais do governo apontavam um “extra” de R\$ 7,8 bilhões no ano que vem com a medida. A equipe econômica revisou os cálculos e agora diz que não haverá essa sobra.

Um integrante do governo ouvido pelo Estadão/Broadcast garante que, mesmo com as novas soluções para as dívidas judiciais, não se buscam artifícios para criar espaço adicional dentro do teto e poder gastar mais em ano eleitoral, mas sim equacionar o problema dos precatórios sem maiores turbulências.

Para essa ala, um dos problemas de comunicação é a associação entre a PEC e o lançamento do Auxílio Brasil com valor turbinado. Embora alguns tenham visto nessa vinculação chance de “incentivar” o Congresso a aprovar o parcelamento das dívidas judiciais, há integrantes do governo que argumentam que o crescimento dos precatórios não compromete só o programa social, mas também outras despesas do Orçamento.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/08/2021

REFORMA DO IR É ADIADA MAIS UMA VEZ E NÃO VAI À VOTAÇÃO NESTA SEMANA

O presidente da Câmara, Arthur Lira, afirmou que 'ficou ratificado que uma convergência é necessária'; análise do parecer no plenário já foi adiada três vezes

Por Camila Turtelli , O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), afirmou que a reforma do Imposto de Renda não será votada nesta semana, como já era esperado. “Vamos mudar a estratégia, o governo vai entrar, ficou ratificado que uma convergência é necessária”, disse Lira para investidores em um evento promovido pela XP Investimentos, nesta terça-feira, 24.

Lira afirmou que está conversando com quem tem interesse em aprovar a taxaço sobre lucros e dividendos no Brasil e que também irá fazer mais uma rodada de conversa com líderes da Câmara. “Se houver convergência suficiente para votar o texto, votaremos”, disse. “Não iremos especular nenhuma possibilidade esta semana, vamos conversar com tempo suficiente.”

A votação do parecer do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) foi adiada por três vezes, mas conta com o patrocínio de Lira, que defende o texto que muda a forma como o IR é cobrado de empresas, pessoas físicas e investimentos.

Lira disse ainda que trabalha para “desmistificar versões” sobre a reforma e que apareceram no plenário de forma transvestida outros interesses. Segundo ele, o texto é sensível, difícil, mas não impossível de ser aprovado. O parecer tem manifestações contrárias dos Estados, capitais e também de setores produtivos.

Aos investidores, Lira também fez uma defesa enfática sobre o teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação, e disse que não haverá rompimento da responsabilidade fiscal. “Não vamos praticar irresponsabilidade fiscal”, disse. “Congresso não deu uma vírgula de possibilidade que nós fossemos romper o teto de gastos.”

PEC dos precatórios

O presidente da Câmara disse que pretende discutir ainda nesta semana com setores do governo a proposta de emenda à Constituição (PEC) dos precatórios. De acordo com ele, será buscada, com o Supremo Tribunal Federal (STF), uma solução para que o texto respeite o teto de gastos.

Lira disse que já marcou um encontro com o presidente do STF, Luiz Fux, para que a Corte faça a mediação de uma solução para o tema.

Apresentada pelo governo de Jair Bolsonaro, a PEC dos precatórios permite à União parcelar o pagamento dessas dívidas para empresas, pessoas físicas, Estados e municípios. Como mostrou o Estadão/Broadcast, a PEC tem enfrentado resistências de diversos grupos, entre eles parlamentares, economistas, agentes do mercado financeiro e representantes dos Estados. O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega disse que a medida significa um "calote" nos credores da União.

Internamente, o governo já começa a discutir um "plano B" para a fatura bilionária de precatórios em 2022, calculada em R\$ 89,1 bilhões, e que tem sido chamada de "meteoro" pelo ministro Paulo Guedes.

Entre as soluções consideradas possíveis, está a de retirar do alcance do teto de gastos apenas o "excesso de crescimento das dívidas judiciais, isto é, cerca de R\$ 30 bilhões de aumento acima do previsto para 2022, mantendo uma regra semelhante para anos seguintes. Outra opção é remover a despesa com precatórios do teto e recalcular o limite desde a sua origem, em 2016. Há também uma ala que defende abrir o diálogo com governadores, que são credores de R\$ 16,6 bilhões em 2022.

Durante o evento da XP, Lira atribuiu a resistência à PEC a "interesses monstruosos" de quem adquiriu os precatórios, como grandes firmas de advogados. "O que está por trás também dos precatórios, no meu entender, é de interesses monstruosos de quem os adquiriu, de grandes escritórios de advogados que participam dessas negociações", afirmou o presidente da Câmara.

Reforma administrativa

Segundo Lira, o relatório da reforma administrativa, nas mãos do deputado Arthur Maia (DEM-BA), deve ser apresentado na Casa ainda nesta semana. O texto propõe novas regras para contratar, promover e demitir os funcionários públicos.

"Não iremos permitir nenhuma agressão ao direito adquirido. Isso põe por terra essa mobilização de que vamos acabar com o serviço público", afirmou. "Mas não é possível que também já se queira fazer desenho de direito adquirido para novo entrante", acrescentou, dizendo, ainda, que pretende votar a reforma administrativa entre agosto e setembro.

Se aprovado na Câmara, a reforma administrativa segue para o Senado, que tem "segurado" algumas pautas carimbadas pelos deputados, como o PL da BR do Mar, que visa estimular a navegação de cabotagem (na costa), e a privatização dos Correios. Lira afirmou que o motivo dessa situação deveria ser perguntado ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. "É importante que o Senado se posicione", declarou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/08/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

SHELL ESTREIA VENDA DE GÁS PARA DISTRIBUIDORAS

Empresa se torna a primeira produtora do pré-sal a vender insumo diretamente, além da Petrobras

Por André Ramalho — Do Rio

A Shell assina, hoje, um contrato com a distribuidora Copergás para fornecimento de gás natural ao mercado pernambucano a partir de 2022. O acordo é emblemático, por se tratar do primeiro contrato entre uma concessionária de gás canalizado e uma produtora do pré-sal, fora a Petrobras, no contexto da abertura do mercado brasileiro.

Válido por dois anos, o acordo prevê a entrega de 750 mil metros cúbicos diários (m³ /dia) à Copergás em 2022 e 1 milhão de m³ /dia em 2023. A Petrobras ainda será responsável por metade do volume contratado pela pernambucana em 2022 e por um terço em 2023. A concessionária espera obter, com a Shell, uma economia de 17% na compra do gás, em relação aos valores da estatal - ou seja, corte de custos estimado em R\$ 180 milhões, nos dois anos, a ser repassado aos clientes nas tarifas.



Christian Iturri, da Shell, defende regras claras para acesso aos gasodutos — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Pelos termos do negócio, haverá uma flexibilidade na indexação dos preços. Até então, o contrato da Copergás com a Petrobras era 100% atrelado ao petróleo. No acordo com a Shell, o gás poderá ser indexado ou ao barril do petróleo ou ao Henry Hub, preço de referência do gás nos EUA e que, em geral, é menos volátil. A concessionária poderá arbitrar, a cada três meses, o indexador de preferência.

“Esse contrato é histórico e servirá de exemplo para outros acordos, até de outras concessionárias [na abertura do mercado]”, comenta o diretor-presidente da Copergás, André Campos.

A Shell venceu a concorrência aberta pela Copergás no fim de 2020. Desde então, as partes negociavam os termos finais do acordo, que tem como condição precedente a assinatura de um contrato extraordinário de transporte de curto prazo, para acesso à malha de gasodutos, enquanto a Transportadora Associada de Gás (TAG) não lança a sua chamada pública de contratação de capacidade. Campos se diz confiante com um desfecho positivo até o fim do ano.

O diretor-presidente da Shell Energy no Brasil, braço de comercialização de gás e energia da multinacional, Christian Iturri, defende regras mais claras para as chamadas públicas para acesso à capacidade disponível dos gasodutos, no país. “O tema do acesso ao transporte pode atrapalhar a abertura do mercado”, disse.

Sobre o acesso à infraestrutura de processamento do gás do pré-sal, o executivo afirma que as conversas com a Petrobras estão “muito bem encaminhadas”.

Com volumes de 15 milhões de m³ /dia, a Shell é a segunda maior produtora do Brasil, atrás da estatal brasileira, e busca novos clientes para seu gás. A principal fonte da multinacional é Tupi (ex-Lula), no pré-sal da Bacia de Santos. A multinacional possui 23% do ativo, operado pela Petrobras.

Até então, a multinacional vendia toda a sua parcela de gás para a estatal, por valores baixos, mas as perspectivas mudaram quando a Petrobras se comprometeu junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a não mais renovar os contratos de compra dos volumes de seus sócios.

Iturri diz que espera fechar, nos próximos meses, novos contratos de fornecimento do gás do pré-sal. “Estamos vendo todas as possibilidades, desde as chamadas públicas abertas por outras distribuidoras até clientes no mercado livre”, afirmou o executivo ao Valor.

A Shell também mira o setor termelétrico, dentro da estratégia de monetização do gás. Iturri citou que vê “oportunidades interessantes” no leilão de energia de dezembro. A multinacional é, hoje,

um dos sócios de Marlim Azul, termelétrica de 565 megawatts (MW) em construção em Macaé (RJ) pelo consórcio Pátria (50,1%), Shell (29,9%) e Mitsubishi Power (20%).

Iturri afirma que a Shell também tem interesse de importar, no futuro, gás natural liquefeito (GNL), por meio de um terminal de regaseificação que a OnCorp tenta viabilizar no Porto de Suape (PE). Também para o futuro, a empresa espera viabilizar a produção do campo de Gato do Mato, no pré-sal, e disponibilizar o gás do ativo ao mercado entre 2027 e 2028.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/08/2021

COSAN: AQUISIÇÃO DO PORTO SÃO LUÍS VIABILIZA ENTRADA NO SEGMENTO EM CONDIÇÕES COMPETITIVAS

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

A aquisição do Porto São Luís viabiliza a entrada da Cosan em um novo segmento em condições competitivas, afirmou o presidente do grupo, Luis Henrique Guimarães, ao comentar o anúncio feito ontem, da aquisição do porto e do lançamento de um negócio de mineração, em parceria com o grupo Paulo Brito - a JV Mineração.

O acordo envolve a aquisição de 49% do porto de São Luís, que pertenciam à WPR, empresa de infraestrutura do grupo WTorre, e à Lyon Capital, fundada por Paulo Remy. O grupo fez proposta vinculativa para ficar com 100% do negócio, avaliado em R\$ 720 milhões. O porto é controlado pelo grupo chinês CCC [China Communications Construction].

“Anunciamos a compra dos minoritários e a partir daí teremos a discussão com a CCC. Eles voltarão para gente, uma vez que assinaram a carta proposta. Eles também serão nossos provedores do EPC [Engenharia, Gestão de Compras e Construção]. Estamos discutindo os termos do EPC”, afirmou o diretor financeiro, Marcelo Martins.

Martins disse que o financiamento para o projeto da JV Mineração e do Porto São Luís não será um problema. “Temos um tempo razoável para solucionar a equação do ‘funding’. Já começamos a contemplar cenário de captação, e não vai ser desafio”, contou, em teleconferência. “O que é importante é que temos uma disciplina financeira permanente. Traremos outros investidores financeiros se for necessário ou, talvez, mesmo que tenhamos 100% dos recursos.”

Potencial

A JV Mineração já identificou um potencial de 2 a 3 bilhões de toneladas de recursos minerais em seu projeto mineral próximo a Parauebas (PA), na região de Carajás.

“Já fizemos quase 50 mil metros quadrados de sondagens [na região] e pretendemos, no próximo ano, fazer mais 80 mil metros de sondagens. Podemos afirmar com certeza que temos de 2 a 3 bilhões de recursos minerais para poder transformar em minas. Com a sondagem, esperamos que esse número cresça razoavelmente. É difícil falar quanto, porque geologia não é uma ciência tão exata”, afirmou Juarez Saliba, presidente da empresa.

Em relação à capacidade de movimentação do porto, o executivo afirma que há flexibilidade para ir “bem além de 50 milhões de capacidade por ano”.

O início da produção deverá começar só a partir de 2025 ou 2026. “Nossa meta é começar com produção de 10 milhões de toneladas por ano em 2025 e 2026. E, posteriormente, diversos outros projetos vão ser desenvolvidos. Até o final da década, esperamos um tamanho de produção significativo”, disse ele.

Saliba também destacou que o objetivo é trabalhar com nichos de mercado que paguem prêmios elevados, “assim como Vale faz hoje”, disse.

Fundo para novos projetos

O grupo Cosan escolheu uma estrutura de fundo de investimentos para controlar os novos projetos, com objetivo de ter maior flexibilidade e agilidade na entrada e saída de novos negócios, explicou o presidente, Luis Henrique Guimarães. A empresa criou um braço de investimentos que irá abrigar negócios.

“A ideia do fundo tem a ver com perfil do investimento. Tem a capacidade de ser mais ágil para atrair investidor financeiro, e com uma saída mais líquida. Também dá flexibilidade para definir o ‘timing’ de listagem”, afirmou o executivo.

Os negócios que virão nesse guarda-chuva têm um horizonte de prazo mais curto do que os ativos do portfólio permanente da Cosan — Rumo, Raízen, Compass e Moove. Ou seja, têm maior flexibilidade para entrada de novos sócios ou para um desinvestimento.

“Vai ficar muito claro para o mercado que seja portfolio para ser investidos e desinvestido, em prazo diferente do portfólio permanente

A expectativa da Cosan é que venham novos investimentos e negócios dentro dessa estrutura de fundo.

Os executivos destacam que não se trata de uma atuação de sócio passivo ou puramente financeiro, e que a ideia é que a Cosan entre sempre agregando diferenciais aos novos projetos que surgirem.

“Não vamos fugir do fato de que a Cosan é um operador de infraestrutura, logística, portuário, essa é nossa vocação. Nossa ideia é alavancar competências em cima dos projetos”, disse o diretor financeiro, Marcelo Martins. “Acho difícil que a gente faça coisas sem sócio. Temos hoje capacidade de atrair sócios financeiros. Temos disciplina financeira grande, nossas metas de alavancagem não mudam”, completou.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 24/08/2021

FLEXIBILIZAÇÃO DOS REGIMES DE CONTRATAÇÃO NO PRÉ-SAL PODE DESTRAVAR INVESTIMENTOS, DIZ ALBUQUERQUE

Segundo o ministro das Minas e Energia, esse seria um passo na modernização do marco regulatório da exploração e produção de óleo e gás

Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio



Bento Albuquerque: "Trabalhamos com o Congresso Nacional para modernizar nosso marco regulatório para exploração e produção de petróleo e gás" — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu mudanças no regime de contratação de áreas de exploração e produção de petróleo e gás no pré-sal. Em vídeo gravado para evento online da Federação Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) na tarde desta terça-feira (24), Albuquerque afirmou que a flexibilização

no modelo pode destravar investimentos.

“Trabalhamos com o Congresso Nacional para modernizar nosso marco regulatório para exploração e produção de petróleo e gás. Uma medida necessária é a flexibilização dos regimes de contratação na área do pré-sal, com a possibilidade de destravar vultosos investimentos”, disse.

Atualmente, está em discussão no Congresso um projeto de lei que prevê o fim do direito de preferência da Petrobras nas rodadas no regime de partilha de produção, além da possibilidade de permitir a contratação de áreas no modelo concessão dentro do polígono do pré-sal.

O regime de partilha é adotado para áreas dentro do polígono do pré-sal e prevê que as petroleiras destinem parte do volume de óleo que produzem para a União. Uma parcela da indústria tem defendido o fim do modelo, com críticas aos maiores custos associados a esses contratos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/08/2021

COSAN COMPRA PORTO E ENTRA NA MINERAÇÃO

A transação, de R\$ 720 milhões, marca a entrada do grupo do empresário Rubens Ometto em exploração, produção e escoamento de minério de ferro

Por Mônica Scaramuzzo e Taís Hirata — De São Paulo

O grupo Cosan, do empresário Rubens Ometto, fechou a compra do porto de São Luís, no Maranhão, por R\$ 720 milhões. A operação foi antecipada pelo Valor Pro, serviço de informações em tempo real do Valor.

O plano é adquirir 49% do negócio e então fazer oferta pelos 51% restantes, que pertencem à China Communications Construction Company (CCCC).

A transação marca a entrada da Cosan em exploração, produção e escoamento de minério de ferro. A empresa também anunciou a assinatura de memorando de entendimentos para uma joint venture com o Grupo Paulo Brito. A parceria será para exploração do minério a ser escoado pelo porto. Procurada, a CCCC não quis comentar a transação.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/08/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MAERSK ACELERA DESCARBONIZAÇÃO COM 8 GRANDES NAVIOS A METANOL

Da Redação NAVEGAÇÃO 24 Agosto 2021

No primeiro trimestre de 2024, a Maersk apresentará o primeiro de uma série de oito grandes navios porta-contêineres de alto-mar capazes de operar com metanol neutro em carbono. Os navios serão construídos pela Hyundai Heavy Industries (HHI) e têm uma capacidade nominal de aproximadamente 16 mil TEUs.

O acordo com a HHI inclui uma opção para quatro embarcações adicionais em 2025. A série substituirá as embarcações mais antigas, gerando uma economia anual de emissões de CO2 de cerca de um milhão de toneladas. Os navios oferecerão aos clientes da Maersk um transporte verdadeiramente neutro em carbono em escala em alto-mar.

Mais da metade dos 200 maiores clientes da Maersk definiram — ou estão em processo de definir — metas ambiciosas de zero carbono para suas cadeias de abastecimento. Como parte da colaboração com os clientes, incluindo Amazon, Disney, H&M Group, HP, Levi Strauss, Microsoft, Novo Nordisk, The Procter and Gamble Company, Puma, Schneider Electric, Signify, Syngenta e Unilever, o armador se comprometeu a usar ativamente e dimensionar soluções de carbono zero para seu transporte marítimo.

As embarcações terão configuração de motor bicombustível. O dispêndio de capital adicional (Capex) para proporcionar a combustível duplo, que permite a operação com metanol ou combustível convencional com baixo teor de enxofre, estará na faixa de 10% a 15% do preço total.

“A hora de agir é agora, se quisermos resolver o desafio climático do transporte marítimo. Este pedido prova que soluções neutras em carbono estão disponíveis hoje em todos os segmentos de navios porta-contêineres e que a Maersk está comprometida com o número crescente de nossos clientes que buscam descarbonizar suas cadeias de suprimentos. Além disso, este é um sinal firme para os produtores de combustível de que a demanda considerável do mercado por combustíveis verdes do futuro está surgindo rapidamente”, disse Soren Skou, CEO da A.P. Moller - Maersk.

A empresa afirma que irá operar as embarcações com e-metanol neutro em carbono ou bio-metanol sustentável o mais rápido possível. E destaque que obter uma quantidade adequada de metanol neutro em carbono desde o primeiro dia de serviço será um desafio, pois requer um aumento significativo da produção.

As embarcações terão configuração de propulsão de metanol desenvolvida em colaboração com fabricantes como MAN, Hyundai e Alfa Laval. Os navios serão classificados pelo American Bureau of Shipping e navegarão sob a bandeira dinamarquesa.

Os novos navios vêm como parte do programa contínuo de renovação da frota da Maersk e substituirão a tonelagem de mais de 150 mil TEUs, que está chegando ao fim da vida útil.

O Capex para os navios anunciados está incluído na projeção atual para 2021-2022 de US\$ 7 bilhões. A Maersk reitera sua estratégia de manter uma capacidade de frota na faixa de 4 milhões a 4,3 milhões de TEUs, numa combinação de embarcações gerenciadas pela Maersk e fretadas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/08/2021

LOGUM LOGÍSTICA REALIZA A PRIMEIRA OPERAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE ETANOL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 24 Agosto 2021



Uso de dutovias representou ganhos ambientais e econômicos

A Logum Logística, pioneira na construção e operação de dutos exclusivos para o transporte de etanol, realizou sua primeira operação de exportação. Foram carregados aproximadamente 40 milhões de litros de etanol, embarcados no Porto de Ilha D'Água (RJ) e tendo como destino o mercado da Califórnia, nos Estados Unidos. O sistema dutoviário da Logum transportou o biocombustível por mais de 745 quilômetros, a

partir de seu terminal em Ribeirão Preto (SP).

A operação, ao integrar transporte rodoviário de curta distância, no interior de São Paulo, a um sistema dutoviário ligado a um porto, além de economia de custos resultou em importantes benefícios ambientais. Foram evitadas 733 viagens de caminhões, que utilizariam as rodovias da Região Metropolitana, contribuindo para uma redução de emissões de 2 mil toneladas de CO₂.

A operação logística da Logum foi 87% mais eficiente ambientalmente em comparação com o uso do modelo tradicional, via modal rodoviário.

"A utilização de um sistema dutoviário para a exportação de etanol representa um verdadeiro marco na construção da logística eficiente em nosso país. E a Logum está contribuindo para uma página desta história", destacou Wagner Biasoli, diretor-presidente da companhia.

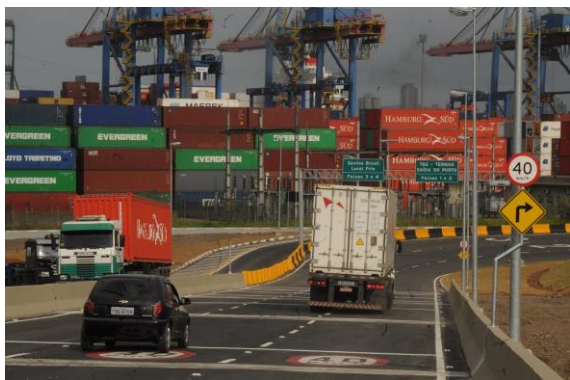
O destino da primeira exportação foi motivado por um programa ambiental adotado pelo estado da Califórnia, cujos benefícios os produtores brasileiros de etanol podem acessar utilizando o Sistema Logum. Há um prêmio para o uso de biocombustível no setor de transporte, que varia de acordo desde o plantio até chegar ao mercado consumidor californiano, incluindo a logística — onde o uso de dutovias é um fator importante. O programa do estado norte-americano prevê benefícios de até US\$ 8 por 1.000 litros.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/08/2021

AGENTES VEEM MOMENTO FAVORÁVEL PARA MELHORIA DE ACESSOS TERRESTRES

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 24 Agosto 2021



Sérgio Coelho (Divulgação SPA)

Durante painel da Santos Export, empresas de transporte marítimo e terrestre consideram inevitável convívio multimodal com avanço de projetos de conexões rodoviárias e ferroviárias aos principais portos do país nos próximos anos.

Empresas de transporte marítimo e terrestre avaliam que as melhorias dos acessos terrestres aos portos brasileiros serão essenciais para o aumento da produtividade do comércio exterior nacional. O

diretor-executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), Cláudio Loureiro, disse que as preocupações dos transportadores marítimos de longo curso vão muito além do acesso aquaviário, uma vez que a navegação está intimamente associada à infraestrutura logística terrestre. Ele relatou casos de navios de empresas associadas que precisaram desatracar do Porto de Santos com somente 50% da carga prevista porque a carga estava presa nas estradas.

Loureiro disse que é preciso planejar bem os acessos e que a infraestrutura chegue antes da necessidade. "Nossa maior preocupação com a desestatização do porto [de Santos] é a conexão com outros serviços de infraestrutura não incluídos [nesse processo]", disse Loureiro, nesta terça-feira (24), no segundo dia da Santos Export. Ele ressaltou que a produtividade global da operação depende da velocidade, ritmo e fluidez das cargas, que precisam estar prontas para embarque no momento da atracação. Segundo o executivo, existem diversas questões que se refletem na pilha do terminal em terra.

O diretor de concessões rodoviárias do grupo EcoRodovias, Rui Klein, comentou que a participação rodoviária continuará sendo importante, mesmo com a expansão prevista para a malha ferroviária, por ser uma cadeia necessária para alimentar o porto. Ele contou que existem melhorias a serem feitas na entrada de Santos previstas para começar em 2022. "Nos últimos 10 anos, muitos acessos e melhorias rodoviárias foram implementadas, numa sucessão de eventos, enquanto a ferrovia também cresceu", destacou. Klein acredita que nenhum projeto de infraestrutura hoje possa abrir mão do 'convívio multimodal'.

O diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Fernando Paes, destacou que a intermodalidade evoluindo no Brasil e que a ferrovia terá participação relevante nos próximos anos. Paes observa oportunidades de aumento da movimentação de grãos, contêineres, celulose e carga geral. Ele acrescentou que o transporte por caminhões sempre vai complementar a logística nas pontas.

A ANTF avalia que as novas concessões e as renovações de contratos do setor ferroviário serão importantes para aumentar o portfólio e experimentar um momento de novos investimentos privados, semelhante ao que o setor portuário vem experimentando nos últimos anos. “Não existe risco. O setor ferroviário nunca esteve num momento tão virtuoso como está vivendo agora”, afirmou. Segundo Paes, o portfólio do setor está robusto e factível, o que favorece aportes de empresas privadas em acessos ferroviários ao Porto de Santos para escoamento da produção de grãos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/08/2021

PORTO DE VITÓRIA RECEBE PRIMEIRO GRANDE NAVIO DURANTE A MADRUGADA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 24 Agosto 2021

Pela primeira vez em sua história, o Porto de Vitória registrou, na madrugada de terça-feira (24), a primeira manobra noturna de entrada de embarcações acima de 206 metros de comprimento. O navio Log-In Resiliente atracou às 3h45 da madrugada no berço 204 para movimentar contêineres. A operação ocorreu após a liberação das manobras noturnas, aprovada pela Capitania dos Portos e edição da Norma de Tráfego e Permanência de Navios e Embarcações (NORMAP 1), em junho deste ano.

A partir de agora, com a possibilidade das manobras noturnas por grande navios, o Porto de Vitória se torna mais flexível no atendimento aos seus clientes. Para garantir a segurança nas entradas, além do acompanhamento do Sistema de Informação e Gerenciamento do Tráfego de Embarcações (VTMIS) em tempo real, a Codesa investiu na melhoria da sinalização náutica, como o reposicionamento de faróis de alinhamento.

A expectativa do Porto de Vitória é que ocorra incremento nas operações portuárias. Como os navios não precisam mais aguardar o amanhecer para acessar o cais, há ganhos de tempo e, conseqüentemente, de movimentações.

Além disso, ainda existe a vantagem de passar a atender as linhas de cabotagem. Muitos navios que navegam pelo litoral capixaba no período noturno não paravam, justamente porque teriam que esperar clarear o dia para atracar. Agora, de acordo com a programação de navios, poderão agendar a entrada noturna.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/08/2021

BRASIL VAI EXPANDIR PROGRAMA OPEN ACREAGE PARA POLÍGONO DO PRÉ-SAL

Da Redação OFFSHORE 24 Agosto 2021



O Brasil planeja expandir o programa de Open Acreage do país para incluir blocos de exploração e produção dentro do polígono do pré-sal que exige contratos de partilha de produção em uma mudança que poderia desbloquear o desenvolvimento de depósitos menores de petróleo e gás natural, de acordo com o diretor de exploração do Ministério de Minas e Energia e Produção, Rafael Bastos.

A proposta de mudança será submetida ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) até o final do ano, disse Bastos, durante um webinar em 23 de

agosto.

Se aprovada, a proposta permitiria à ANP incluir em futuros ciclos de licitação do programa Open Acreage os blocos de exploração e produção offshore dentro do polígono do pré-sal que não foram vendidos em rodadas anteriores de partilha de produção ou foram devolvidos à ANP. Embora os blocos provavelmente ainda precisem ser vendidos sob o regime de partilha de produção se contiverem prospectos do pré-sal, a mudança concederá ao CNPE e à ANP maior flexibilidade no estabelecimento dos termos de desenvolvimento.

A mudança pode desbloquear o desenvolvimento de depósitos menores acima e abaixo da camada de sal, que contêm centenas de milhões de barris de petróleo recuperável. Os reservatórios, no entanto, não são grandes o suficiente para serem economicamente viáveis para o desenvolvimento nos parâmetros atuais do regime de partilha de produção exigido porque as descobertas estão localizadas dentro do polígono.

O polígono do pré-sal foi criado em 2010 como parte da implementação do regime de partilha de produção. A região geográfica delineou a área que detém a fronteira do pré-sal e exigiu contratos de partilha de produção para o desenvolvimento.

O regime de transferência de direitos foi desenvolvido ao mesmo tempo. Sob o regime de transferência de direitos, a Petrobras recebeu o direito de bombear 5 bilhões de barris de petróleo da área do pré-sal detida pelo governo.

A perspectiva de incluir blocos dentro do polígono do pré-sal no programa Open Acreage começou como parte de uma revisão mais ampla das políticas após resultados fracos na primeira transferência de direitos e no sexto leilão de partilha de produção no pré-sal realizado em novembro de 2019.

Muitas empresas internacionais de petróleo ficaram de fora por causa dos altos bônus de assinatura, elevadas garantias de bônus e, no caso da venda de transferência de direitos, complicados contratos e negociações de reembolso com a Petrobras.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/08/2021

PETROBRAS INICIA OPERAÇÃO DE PLATAFORMA NO CAMPO DE SÉPIA

Da Redação OFFSHORE 24 Agosto 2021



FPSO afretado pela Petrobras será a maior unidade do Brasil em complexidade e em volume de produção de petróleo

A Petrobras iniciou nesta segunda-feira (23) a produção de petróleo e gás natural do FPSO Carioca, primeiro sistema de produção definitivo instalado no campo de Sépia, no pré-sal da Bacia de Santos. Com essa unidade, a Petrobras soma 22 plataformas em produção no pré-sal, que juntas já respondem por 70% da produção total da companhia.

A plataforma, do tipo FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás), está localizada a aproximadamente 200 km da costa do estado do Rio de Janeiro, em profundidade de água de 2.200 metros. Com capacidade para processar diariamente até 180 mil barris de óleo e comprimir até 6 milhões de m³ de gás natural, o FPSO Carioca, unidade afretada junto à Modec, contribuirá para o crescimento previsto da produção da Petrobras.

O projeto prevê a interligação de sete poços produtores e quatro poços injetores ao FPSO. O escoamento da produção de petróleo será feito por navios aliviadores, enquanto a produção de gás será escoada pelas rotas de gasodutos do pré-sal. Alinhado ao compromisso da Petrobras de redução de 32% na intensidade de carbono na área de Exploração e Produção até 2025, com

investimento contínuo em pesquisa e desenvolvimento, o projeto também conta com sistema de remoção de CO2 presente no gás produzido e de reinjeção na jazida, reduzindo o lançamento de dióxido de carbono na atmosfera e melhorando a recuperação de óleo.

Esta será a maior plataforma em operação no Brasil em termos de complexidade. Quando atingir o pico de produção, também será a maior unidade em termos de produção de petróleo.

“O FPSO Carioca é um exemplo da nossa estratégia de concentrar investimentos em ativos de exploração e produção de classe mundial, como o pré-sal, que possui áreas com grandes reservas, baixo risco e custos competitivos. Isso promove mais retorno para a empresa e a sociedade, criando um ciclo virtuoso de geração de valor”, afirma o diretor de Desenvolvimento da Produção, João Henrique Rittershausen.

O FPSO foi construído parte na China e parte no Brasil e chegou ao Estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, em fevereiro de 2021 para a realização da verticalização do flare de 135 m – uma atividade especial de construção – bem como a finalização da integração e comissionamento da unidade. Essas atividades geraram em torno de 600 empregos diretos. Nesse estaleiro, durante a fase de construção, foram fabricados dois dos módulos que compõem o FPSO, o que contribuiu para o conteúdo local do projeto e gerou aproximadamente 400 empregos diretos. Confira aqui um vídeo com imagens do FPSO Carioca saindo do Estaleiro Brasfels.

A Petrobras prevê investir US\$ 46,5 bilhões na produção de petróleo e gás no Brasil até 2025, atuando em parceria com outras companhias na área de E&P, com foco em águas profundas e ultraprofundas. O FPSO Carioca é a primeira das 13 novas plataformas da companhia previstas para entrar em produção entre 2021 e 2025.

Até 2025, serão mais 12 novos sistemas de produção em águas profundas, que se somam às 60 plataformas já existentes e em operação pela Petrobras. Com esse grau de especialização, a companhia se torna cada vez mais eficientes na operação.

A jazida compartilhada de Sépia é composta pelos campos de Sépia e Sépia Leste, localizados em áreas da Cessão Onerosa e Concessão (BM-S-24), respectivamente, operada pela Petrobras (97,6%), em parceria com a Petrogal Brasil S.A. (2,4%).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/08/2021

ARMADORES DEFENDEM DISTINÇÃO ENTRE FEEDER E CABOTAGEM NO BR DO MAR

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 24 Agosto 2021



Arquivo/Divulgação

Cosco, Hapag Lloyd, MSC, ONE, PIL, Yang Ming e Zim manifestaram necessidade do PL da cabotagem considerar serviço à parte. Empresas entendem que feeder pode auxiliar economia ao eleger portos concentradores para receber navios de grande porte, sem que toda costa brasileira invista pesadamente em infraestrutura.

Um grupo formado por sete armadores de longo curso que atuam na costa brasileira apontou a necessidade de distinção entre serviço feeder e carga de cabotagem no projeto de lei 4.199/2020 (BR do Mar). Cosco, Hapag Lloyd, MSC, ONE, PIL, Yang Ming e Zim Lines manifestaram que veem o feeder como opção de conectividade da logística nacional, uma vez que o serviço pode conectar portos de menor porte com as principais rotas de navios que vão escalar Brasil nos próximos anos. As empresas entendem que, por ser um serviço

complementar e com cargas semelhantes às de cabotagem, precisa ter o menor custo possível, uma vez que ele é parte do frete marítimo internacional.

A avaliação do grupo é que uma eventual aprovação do BR do Mar será positiva no sentido de permitir a operação de mais empresas na cabotagem, reduzindo custos de operação e resultando em mais agilidade e competitividade. "É importante que o serviço feeder seja considerado dentro da pauta BR do Mar, e não somente a carga de cabotagem", afirmou o presidente da Mediterranean Shipping Company (MSC), Elber Alves Justo, que falou em nome do grupo na sessão no Senado com agentes setoriais sobre o BR do Mar, realizada na última sexta-feira (20).

Com o crescimento do mercado mundial, o grupo ressalta que embarcações de maior porte já começaram a trafegar pela costa brasileira, com tendência de continuar chegando em escalas maiores. "É necessário um aumento da capacidade de transporte na costa para aumentar a competitividade e agilidade dos portos menores, através dos portos concentradores para serviços feeder conseguirem atender portos com menor infraestrutura", analisou Justo. Navios de cabotagem atendem portos concentradores e distribuem cargas para portos de menor porte.

De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), foram transportados aproximadamente 7,2 milhões de TEUs por cabotagem em 2020, um pouco acima dos volumes de 2019, apesar de ter sido um ano desafiador para a economia mundial. Justo destacou que 72% desse volume tiveram origem em somente cinco portos nacionais. "Existe uma concentração muito grande de desenvolvimento portuário em poucos portos, numa costa de 7.500 quilômetros", afirmou.

Justo salientou que não é economicamente viável um navio de grande porte frequentar todos os portos, uma vez que as escalas são onerosas. Além disso, nem todos os portos estão preparados para operação de meganavios, pois necessitam de calado adequado, geometria de canal de navegação, estrutura de cais e de equipamentos eficientes.

O grupo entende que a solução passa por investimentos em infraestrutura garantidos por uma legislação adequada, como pode ser o BR do Mar. As sete empresas acreditam que o serviço feeder pode auxiliar a economia, uma vez que vai eleger portos concentradores para receber navios de grande porte com investimentos adequados, sem que toda costa brasileira invista pesadamente em infraestrutura.

O emprego de navios maiores já é uma realidade no mundo. Alguns tráfegos internacionais que já fazem parte do comércio exterior brasileiro, como Extremo Oriente, Norte da Europa e América do Norte, já possuem esses navios operando em seus portos. "O aumento da escala de navios é uma evolução natural no Brasil. Precisamos estar prontos para isso", alertou Justo.

Atualmente, o Brasil trabalha com navios com capacidade de até 10.000 TEUs, enquanto já estão construídos navios com até 25 mil TEUs para operar nos maiores mercados mundiais. "Com esse movimento, ocorre naturalmente disponibilidade de navios maiores que 10.000 TEUs que podem vir a escalar em portos nacionais. O mercado global espera que o Brasil se posicione para poder acompanhar essa demanda", observou.

O presidente da MSC disse entender que a vulnerabilidade do frete internacional seja uma preocupação bastante ligada à disponibilidade de navios e contêineres em outras rotas, mas considera que ela não deveria se limitar a isso. Segundo Justo, pelo fato de a carga feeder ser entendida e tratada da mesma forma que a carga de cabotagem, essa vulnerabilidade já existe e só tende a aumentar com a limitação de evolução de capacidade na costa brasileira. "Por a cabotagem já competir com carga internacional a bordo de navios existentes já é um grande risco a ser atentado. Precisamos prevenir que essa vulnerabilidade atrapalhe a cadeia produtiva no Brasil", recomendou.

CONCLUÍDO O MEGA TERMINAL TOTALMENTE ELÉTRICO E DE EMISSÕES ZERO DE LONG BEACH

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA 23 Agosto 2021*



O Porto de Long Beach anunciou a conclusão de um novo terminal de contêineres classificado como uma das instalações de carga mais tecnologicamente avançadas do mundo. O terminal de contêineres de Long Beach em Middle Harbor está equipado com quase todos os equipamentos elétricos e de emissão zero projetados para melhorar o fluxo de carga e melhorar drasticamente a qualidade do ar em meio no segundo porto marítimo mais movimentado dos Estados Unidos.

A construção do projeto de US\$ 1,493 bilhão começou em maio de 2011. A primeira parte do terminal foi inaugurada cinco anos depois com a conclusão da Fase 1, permitindo que o terminal iniciasse suas operações em 61 hectares iniciais. A Fase 2 foi concluída em outubro de 2017, expandindo a instalação para 77 hectares.

A terceira e última fase foi concluída em julho, aumentando o terminal para 121 hectares. A estrutura conta com um pátio ferroviário projetado para lidar com 1,1 milhão de TEUs anualmente e minimizar o tráfego de caminhões. Além disso, 14 dos mais modernos portêineres podem receber três navios enormes de uma vez. Outros 3 hectares serão adicionados em 2025 com a inauguração da Expansão do Portão Norte, completando o terminal com 303 hectares.

Todos os navios que fazem escala no terminal se conectam às conexões de energia em terra enquanto atracados, permitindo que desliguem os motores. Todas as principais estruturas são construídas com recursos para economizar energia e água.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/08/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006